

12 meses



## Demonstrações Financeiras Combinadas

Zilor

31 de março de 2025 e 2024  
com Relatório do Auditor Independente

SAFRA 24/25

Índice

Relatório da Administração

Relatório de revisão dos auditores independentes..... 1

Demonstrações financeiras combinadas

Balanco patrimonial combinado ..... 4

Demonstração combinada do resultado ..... 5

Demonstração combinada do resultado abrangente ..... 6

Demonstração combinada das mutações do acervo líquido ..... 7

Demonstração combinada do fluxo de caixa - método indireto ..... 8

Demonstração combinada do valor adicionado..... 9

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas ..... 10



## Relatório da Administração

A Diretoria

### 1. Introdução

Prezados Senhores:

No Relatório da Administração da safra 24/25, demonstraremos a performance financeira sustentando o nosso comprometimento com o crescimento, a preservação do meio ambiente, o respeito à sociedade e a perenidade do Grupo Zilor. As demonstrações financeiras combinadas incluem: o balanço patrimonial combinado em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e a do valor adicionado, relativos ao exercício social encerrado em 31 de março de 2025.

#### 1.1. Visão Geral da Zilor

O Grupo Zilor é composto por três áreas de negócios: a Zilor, empresa do setor sucroenergético, conta com quatro unidades industriais. Ela atua nos segmentos de açúcar, etanol e energia elétrica; e por fim, a unidade de negócios *Biorigin*, multinacional do setor de biotecnologia, especializada na fabricação de ingredientes 100% naturais com base em açúcares fermentescíveis para os setores alimentícios, de nutrição animal e humana. A *Biorigin* possui unidades no Brasil, nos Estados Unidos e na Bélgica, além de distribuidores em todos os continentes. Cerca de 90% de sua produção é exportada, atendendo principalmente os mercados norte-americanos e europeu, com atuação em mais de 60 países.

O Grupo Zilor diversificou o seu portfólio entre as suas unidades de negócios com o objetivo de obter maior valor agregado e se proteger das oscilações dos mercados de *commodities*, com um firme posicionamento socioambiental. A *Biorigin* opera na linha *Food* (alimentação humana) onde desenvolve ingredientes que realçam o sabor, reduzem o teor de sódio e estendem a vida útil dos alimentos produzidos por seus clientes. Além disso, opera na linha *Feed* (alimentação animal), que disponibiliza, produtos que, além de serem nutricionais, aumentam a funcionalidade das rações, fortalecendo a saúde e o desempenho das criações focadas em produção de proteínas. Os animais de estimação são também um importante mercado de atuação da *Biorigin*. Em linha com suas estratégias, durante a Safra 24/25 a Zilor firmou parceria com a *Groupe Lesaffre S.A.* (“*Lesaffre*”), um importante player global e independente, com mais de 100 anos de expertise em fermentação e ingredientes à base de levedura. A *Lesaffre* será detentora da participação majoritária na *Biorigin*, com 70%, enquanto a Zilor permanece com 30% e segue atuando no segmento *Feed* de nutrição animal. A parceria visa aprimorar processos produtivos, logísticos e de serviços, beneficiando uma base global de clientes. A conclusão da transação foi realizada em 30 de maio de 2025.

Com capacidade de moagem de 13,8 milhões de toneladas por ano, somos um dos mais importantes players do setor. Além disso, somos o acionista com participação mais representativa na Copersucar S.A., a maior empresa brasileira de exportação de açúcar e etanol. Isso nos garante o escoamento das nossas *commodities* (açúcar e etanol). A Zilor também detém exclusividade na comercialização de energia no Mercado Livre com a Newcom, uma comercializadora de energia cujos acionistas são a Copersucar e a Comerc. Essa parceria estratégica nos torna mais competitivos, pois operamos com uma comercializadora de energia da qual a Copersucar é uma das acionistas, o que aumenta nossa competitividade. Além disso, reduzimos significativamente o risco de contraparte, garantindo maior segurança nas operações.

Como parte de estratégia de expansão na capacidade de moagem, durante a Safra 24/25, a Zilor adquiriu 100% das ações da Usina Salto Botelho Agroenergia S.A. (“USB”), localizada no município de Lucélia (SP). A operação inclui a compra da unidade agroindustrial e a planta de cogeração de energia, com o objetivo de ampliar a produção de açúcar, etanol e energia elétrica, a partir da cana-de-açúcar.



## 2. Governança

### 2.1. Governança Corporativa

No campo, na indústria e nos escritórios corporativos, somos uma equipe de 4.775 mil colaboradores, incluindo os 687 profissionais da USB, todos dedicados a produzir e gerar riquezas a partir da cana-de-açúcar, sempre com ética, responsabilidade e cuidados com o meio ambiente. Em nossa gestão, buscamos garantir que o ambiente de trabalho seja saudável e seguro para todos os nossos colaboradores desenvolverem as suas atividades. Investir na capacitação dos profissionais é uma prioridade, visando resultados consistentes e sustentáveis.

Ao longo das últimas safras, o Grupo Zilor implantou uma série de medidas para fortalecer os seus controles, governança e maximizar os seus resultados.

O Conselho de Administração é o pilar e grande incentivador dessa estrutura de Governança. Ele é apoiado por outros comitês e fóruns de gestão. O mandato do conselho de administração é de dois anos e tem como objetivo discutir e aprovar os Planos Estratégicos, visando promover o crescimento sustentável da Zilor além de, proteger e maximizar o retorno do investimento dos acionistas. Também é responsável por aprovar políticas e diretrizes e acompanhar o cumprimento dos objetivos estabelecidos no Planejamento Estratégico.

Essa estrutura demonstra o compromisso do Grupo Zilor com as melhores práticas de Governança Corporativa, a independência na tomada de decisão executiva alinhada com os interesses de longo prazo dos acionistas e dos demais stakeholders. O objetivo é garantir o cumprimento da missão de dar continuidade à capacidade de inovar e planejar o futuro em busca do crescimento sustentável.

### 2.2. Política de dividendos

A política de remuneração dos acionistas do grupo segue o art. 33 do Estatuto Social das companhias do grupo, onde estão definidos indicadores e níveis de alavancagem, definidos pelos acionistas.

### 2.3. Controles Internos e Gestão de Riscos

O Grupo Zilor, no exercício de sua gestão, adota procedimentos, relatórios e ações em conformidade com os padrões de Governança Corporativa hoje existentes no mercado, dentre os quais destacamos:

- Gestão de riscos;
- Elaboração de Orçamento Plurianual;
- Robusta gestão do fluxo de caixa e de endividamento;
- Acompanhamento da performance mensal Previsto x Realizado;
- Auditoria Interna e Externa;
- Relatórios voltados para auxiliar a gestão e os acionistas com informações relevantes e tempestivas suportando o processo de decisão;
- Existência de Normas e Procedimentos nos diversos níveis operacionais e administrativos;
- Gestão das obrigações fiscais e planejamento tributário.



### 3. Desempenho Operacional

A safra 24/25 foi impactada por condições climáticas severas, resultando em menor moagem. Ainda assim, o desempenho nas regiões de Lençóis Paulista e Quatá ficou dentro do planejado. Em Quatá, mesmo com a seca histórica, o uso de tecnologias como controle de pragas, ajustes nutricionais e ampliação da fertirrigação ajudou a mitigar potenciais perdas.

Apesar da queda na produtividade, o abastecimento da usina foi mantido. A moagem foi mais lenta, com foco na produção de açúcar, entregas lineares e ATR mais elevado. A redução no TCH refletiu a estiagem e menor índice pluviométrico, mas contribuiu para um ATR por tonelada de cana mais alto, compensando parcialmente a produção de açúcar e etanol. O uso de ferramentas agrícolas sustentou a retomada da qualidade do canavial.

Destacamos que a USB não impactou o desempenho operacional, uma vez que, em dezembro de 2024, a usina já se encontrava no período de entressafra, portanto, sem atividade operacional.

(mil tons)	24/25	23/24	Varição
<b>Informações Consolidadas</b>			
<b>Moagem Total</b>	<b>10.580,0</b>	<b>11.420,4</b>	<b>-7,4%</b>
Moagem Própria	3.734,6	3.879,6	-3,7%
Moagem Terceiros	6.845,4	7.540,8	-9,2%
<b>Informações por Região</b>			
<b>Lençóis Paulista/SP</b>	<b>7.836,5</b>	<b>8.246,1</b>	<b>-5,0%</b>
<b>Quatá/SP</b>	<b>2.743,5</b>	<b>3.174,3</b>	<b>-13,6%</b>

Obs: Lençóis Paulista contempla informações de Macatuba.

Na Safra 24/25, a Zilor registrou uma queda na moagem, processando 10.580 mil toneladas de cana, o que representa uma redução de 7,4% em relação ao mesmo período da safra anterior que foi impactada por condições climáticas adversas que resultaram em uma moagem menor de cana-de-açúcar

Produção	24/25	23/24	Varição
<b>Açúcar (mil/ton)</b>	<b>687,0</b>	<b>741,9</b>	<b>-7,4%</b>
Branco	243,0	284,4	-14,6%
Bruto	400,0	379,5	5,4%
FS <sup>1</sup>	44,0	78,0	-43,6%
<b>Etanol (mil/m<sup>3</sup>)</b>	<b>473,2</b>	<b>495,8</b>	<b>-4,6%</b>
Anidro	268,5	350,1	-23,3%
Hidratado	204,7	145,7	40,5%
<b>Energia Exportada (mil MWh)</b>	<b>647,3</b>	<b>557,6</b>	<b>16,1%</b>
<b>Mix Etanol vs Açúcar (em Unicop<sup>2</sup>)</b>	<b>53% vs 47%</b>	<b>54% vs 46%</b>	

1. FS: Fermentable sugar

2. Unicop: fator de medida que permite comparação entre Etanol e Açúcar na mesma unidade

No acumulado da Safra 24/25, a produção de açúcar teve uma redução de 7,4% devido à menor moagem e à redução na produção de açúcar branco. A Zilor, como parte de sua estratégia, focou na maximização da produção de açúcar bruto.



#### 4. Receita

A Energia exportada foi de 647,3 mil MWh na Safra 24/25, aumento de 16,1% em relação à Safra 23/24. Esse crescimento está relacionado à expansão da cogeração da Usinas de Barra Grande. A energia produzida a partir do bagaço da cana abastece 100% das unidades produtivas, e o excedente é vendido ao mercado por meio de leilões e contratos com distribuidores de energia elétrica.

##### Receita Líquida - R\$ MM

Descritivo	24/25	23/24	Variação R\$	Variação %
Açúcar	1.499,4	1.451,5	47,9	3,3%
Etanol	1.319,3	1.239,2	80,1	6,5%
Energia	171,9	191,8	(19,9)	-10,4%
Biorigin	726,4	604,6	121,8	20,1%
<b>Total</b>	<b>3.717,0</b>	<b>3.487,1</b>	<b>229,9</b>	<b>6,6%</b>

##### Preço

Descritivo	24/25	23/24	Variação R\$	Variação %
Açúcar Preço (R\$/ton)	2.303,5	2.190,3	113,2	5,2%
Etanol (R\$/m3)	2.669,6	2.421,2	248,4	10,3%
Energia (R\$/MWh)	265,5	240,5	25,0	10,4%
Biorigin (R\$/kg)	18,5	18,9	(0,4)	-2,1%

##### Volume

Descritivo	24/25	23/24	Variação	Variação %
Açúcar (mil/tons)	650,9	662,7	(11,8)	-1,8%
Etanol (mil/m3)	478,4	492,7	(14,3)	-2,9%
Energia MWh	647,3	772,7	(125,4)	-16,2%
Biorigin (mil/tons)	39,3	32,0	7,3	22,7%

Na Safra 24/25 a receita líquida proveniente do açúcar registrou um incremento em relação ao ano-safra anterior de R\$ 47,9 milhões. Essa variação foi impulsionada por maiores preços médios que compensaram a redução no volume.

A receita líquida de etanol registrou um incremento em relação ao ano-safra anterior, totalizando R\$ 84,2 milhões. A receita líquida aumentou 7,1% devido aos preços mais altos, apesar da redução no volume total vendido. O aumento dos preços é decorrente aos reajustes na gasolina e maior consumo de etanol hidratado, que compensou a queda no volume de etanol anidro.

A receita com CBIOs está sendo considerada no segmento "Etanol", no montante de R\$ 42,2 milhões referente a comercialização de 594,3 mil CBIOs (439,9 mil CBIOs Safra 23/24) ao preço médio de R\$ 69,1/CBIO (R\$ 102,2/CBIO Safra 23/24).

Já em relação a receita líquida de energia diminuiu em R\$ 19,9 milhões. Essa variação foi causada pelo término de contratos de leilão e pela operação abaixo do potencial máximo de cogeração, devido à falta de autorização para a linha de transmissão.

As receitas de açúcar, etanol, energia e CBIOs da USB contribuíram com R\$ 24,3 milhões no período que, excluindo esse efeito, o incremento seria de 5,9% com receita total de R\$ 3.692,7 milhões.



A Biorigin registrou um incremento de R\$ 121,8 milhões na receita líquida. Esse resultado decorre do bom desempenho no segmento e por uma estratégia comercial alinhada aos projetos de redução de custos e ganho de eficiência produtiva. Além disso, a valorização do dólar e do euro também contribuiu positivamente para o desempenho.

## 5. Custo do Produto Vendido (CPV)

Descritivo	CPV - R\$ MM			
	24/25	23/24	Variação R\$	Variação %
Açúcar	1.065,0	940,6	124,4	13,2%
Etanol	1.200,2	1.235,0	(34,8)	-2,8%
Energia	71,5	50,3	21,2	42,2%
Biorigin	523,6	446,0	77,6	17,4%
Ativo biológico	56,4	128,1	(71,7)	-56,0%
<b>Total</b>	<b>2.916,7</b>	<b>2.800,0</b>	<b>116,7</b>	<b>4,2%</b>

O segmento açúcar apresentou um aumento de R\$ 124,4 milhões, impulsionado principalmente por maiores custos com depreciação/exaustão, insumos, matéria-prima e mão de obra, que somaram R\$ 151,8 milhões e houve o impacto de R\$ 2,8 milhões com a nova Usina de Salto Botelho adquirida pelo Grupo em dezembro de 2024. Esses efeitos foram parcialmente compensados pela queda no volume vendido, que reduziu a receita em R\$ 30,2 milhões devido à menor produção.

Já o segmento etanol registrou uma redução de R\$ 34,8 milhões, principalmente devido à queda no volume vendido, que impactou em R\$ 54,8 milhões, reflexo da menor produção e do maior direcionamento para o MIX açúcar. Além disso, houve aumento nos custos com depreciação/exaustão, insumos, matéria-prima e mão de obra, totalizando R\$ 72,8 milhões, além do impacto de R\$ 16,8 milhões relacionado à nova Usina de Salto Botelho, adquirida em dezembro de 2024.

No segmento energia, observamos um aumento de 42,2% nos custos, devido a limitação no potencial de exportação com a indisponibilidade da linha de transmissão do projeto novo, gerando uma necessidade de compra de lastro de garantia física e exposição a PLD, ambos potencializados pelo aumento do preço da energia no segundo trimestre (reflexo da falta de chuva). Ainda que limitado na exportação, com a entrada do novo projeto da Barra Grande 2, obtivemos uma exportação superior em 16% em relação à Safra anterior.

No segmento Biorigin, identificamos um aumento de 17,4% nos custos, totalizando um valor de R\$ 77,6 milhões. Esse aumento é atribuído principalmente pelo maior volume vendido R\$ 85,7 milhões e efeito do câmbio R\$ 55,4 milhões, compensados parcialmente pela redução dos preços de matérias-primas e insumos em R\$ 63,5 milhões.



## 6. Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas

### Despesas gerais e administrativas - R\$ MM

Descritivo	24/25	23/24	Variação R\$	Variação %
Despesas comerciais	(131,3)	(106,8)	(24,5)	23,0%
Despesas administrativas e gerais	(271,6)	(227,3)	(44,3)	19,5%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(13,3)	859,7	(873,0)	-101,6%
Equivalência	48,2	47,0	1,2	2,6%
<b>Total</b>	<b>(368,0)</b>	<b>572,6</b>	<b>(940,6)</b>	<b>-164,3%</b>

As despesas comerciais na Safra 24/25 totalizaram R\$ 131,3 milhões representando uma variação de R\$ 24,5 milhões em comparação com a Safra anterior. Esse aumento se deve principalmente às maiores despesa com comercialização da Biorigin, bem como aos maiores gastos com aluguel de armazenagem de leveduras e as despesas com pessoal.

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 271,6 milhões na Safra 24/25, um aumento de 19,5% em relação à Safra anterior. A variação se deve ao aumento nas despesas com pessoal (dissídio e reposições), investimentos em TI voltados a melhorias sistêmicas, infraestrutura e segurança e contratações de consultorias para projetos não recorrentes/estratégicos, visando o crescimento da Zilor.

Na Safra 24/25, a linha de outras receitas (despesas) apresentou uma despesa de R\$ 14,8 milhões comparando com a ano-safra anterior quando havia sido registrado uma receita. Essa variação se deve à ausência do recebimento de precatórios na safra atual, fator que havia impactado positivamente o resultado no exercício anterior.

O impacto na equivalência patrimonial no montante de R\$ 48,2 milhões é reflexo do maior resultado da Cooperativa Copersucar na Safra 24/25 em comparação com a safra anterior.

## 7. EBITDA/EBIT

O Ebitda ajustado Zilor exclui os efeitos dos ativos biológico, do CPC 06 – arrendamento mercantil, outras receitas e despesas operacionais e os efeitos da equivalência patrimonial, para o Ebit ajustado adiciona as despesas/custos tira-se o efeito da depreciação.

### Ebitda/Ebit (ajustados) - R\$ MM

Descritivo	24/25	23/24	Variação R\$	Variação %
Ebitda	1.441,2	2.165,3	(724,0)	-33,4%
Ebitda Ajustado	1.084,7	1.033,4	51,3	5,0%
Ebit	432,1	1.259,8	(827,6)	-65,7%
Ebit Ajustado	423,5	447,3	(23,8)	-5,3%

No acumulado da Safra 24/25 o EBITDA Ajustado foi de R\$ 1.084,7 milhões, o que representa um aumento de 5% em relação ao mesmo período da Safra anterior, com margem de 29,2% versus 29,6% na Safra anterior. O aumento do EBITDA ajustado está relacionado a três fatores principais: i) maiores preços de venda de Etanol e Açúcar (mercado etanol e cambio/fixação açúcar); ii) menores custos na Biorigin relacionados a redução nos preços dos insumos e matéria prima, agregado aos maiores volumes e Mix comercializado iii) melhor eficiência operacional no Agro e Biorigin. Impacto da nova Usina de Salto Botelho reduziu o Ebitda em 0,2%.





## Ebitda/Ebit (ajustados) - R\$ MM

Descritivo	24/25	23/24	Variação R\$	Variação %
Receita	3.717,0	3.487,1	229,9	6,6%
Custo	(2.860,3)	(2.671,8)	(188,5)	7,1%
Despesas de vendas	(131,3)	(106,8)	(24,5)	23,0%
Despesas adm e Gerais	(271,6)	(227,3)	(44,3)	19,5%
Depreciação	1.009,1	905,5	103,6	11,4%
Ajuste IFRS 16	(30,1)	(33,9)	3,8	-11,1%
Depreciação IFRS	(347,9)	(319,4)	(28,5)	8,9%
<b>Ebitda Ajustado</b>	<b>1.084,7</b>	<b>1.033,4</b>	<b>51,3</b>	<b>5,0%</b>
Depreciação	(1.009,1)	(905,5)	(103,6)	11,4%
Depreciação IFRS	347,9	319,4	28,5	8,9%
<b>Ebit Ajustado</b>	<b>423,5</b>	<b>447,3</b>	<b>(23,8)</b>	<b>-5,3%</b>

## 8. Resultado Financeiro

## Resultado Financeiro - R\$ MM

Descritivo	24/25	23/24	Variação R\$	Variação %
Receitas financeiras	221,1	204,5	16,6	8,1%
Despesas financeiras	(682,2)	(534,1)	(148,1)	27,7%
Variações cambiais líquidas	20,7	(2,6)	23,3	-880,5%
<b>Total</b>	<b>(440,4)</b>	<b>(332,2)</b>	<b>(108,2)</b>	<b>32,6%</b>

Na Safra 24/25, observamos um aumento em receitas e despesas financeiras em comparação com a safra anterior. Em receitas financeiras, o principal acréscimo nas receitas financeiras foi de R\$ 9,8 milhões, decorrente de juros sobre aplicações financeiras, resultado dos resgates realizados no período. Adicionalmente, registrou-se um aumento de R\$ 3,1 milhões no resultado de operações de hedge/swap e um aumento de R\$ 3,7 milhões em juros sobre operações com a cooperativa.

O crescimento das despesas financeiras foi impactado principalmente pelo resultado negativo com operações de hedge/swap, no montante de R\$ 84,2 milhões. Também contribuíram para esse aumento os encargos financeiros e as atualizações monetárias relativas às debêntures, que totalizaram R\$ 44,4 milhões, além de um acréscimo de R\$ 18,5 milhões com despesas financeiras do IFRS16 e um aumento de R\$ 1 milhão em outras despesas financeiras.

## 9. Lucro do Exercício

## Lucro Líquido - R\$ MM

Descritivo	24/25	23/24	Variação R\$	Variação %
Lucro líquido do exercício	36,3	632,3	(596,0)	-94,3%

Na safra 24/25, O Grupo Zilor registrou uma redução de 94,3% em seu lucro líquido, decorrente principalmente da ausência de recebimento dos precatórios.



## 10. Estrutura de capital

Descriativo	Dívida Líquida - R\$ MM			
	24/25	23/24	Varição R\$	Varição %
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(3.851,6)	(3.425,4)	(426,2)	12,4%
Caixa e equivalentes de caixa	2.096,7	2.415,1	(318,4)	-13,2%
<b>Total</b>	<b>(1.754,9)</b>	<b>(1.010,3)</b>	<b>(744,6)</b>	<b>73,7%</b>

O Grupo emitiu debêntures no total de R\$ 1.200 milhões com prazo total de 7 anos médio como parte da sua estratégia de financiar o negócio com dívidas de longo prazo aumentando o prazo médio de 2,7 anos na safra 23/24 para 3,8 anos na safra 24/25.

## 11. Considerações finais

A Safra 24/25 da Zilor foi marcada por avanços estratégicos significativos, apesar das condições climáticas adversas. A empresa manteve sua eficiência operacional e aumentou as exportações de energia com a expansão das operações de cogeração na Unidade Barra Grande. Em outubro de 2024, a Zilor fez dois movimentos estratégicos importantes: a parceria com a Lesaffre, que incluiu a venda de 70% da Biorigin, e a aquisição da Unidade Salto Botelho, expandindo sua presença geográfica e capacidade produtiva.

A chegada de um novo CEO em dezembro marcou uma mudança histórica na gestão da empresa, reforçando o compromisso com o crescimento sustentável e a excelência operacional. A Zilor também registrou um aumento significativo na receita líquida e no EBITDA Ajustado, refletindo seu foco em eficiência e produtos de alto valor agregado.

No âmbito de ESG, a Zilor conquistou a declaração de conformidade com a Prática Recomendada ABNT PR 2030 e manteve seu compromisso com as comunidades locais e a segurança dos colaboradores onde registramos uma redução significativa na taxa de frequência com afastamentos passando de 2,99 para 1,36. A empresa também se destacou na produção de biocombustível de aviação, obtendo recertificações importantes.

Em resumo, a Safra 24/25 foi um período de crescimento e transformação para a Zilor, com avanços estratégicos, financeiros e de sustentabilidade que pavimentam o caminho para um futuro promissor.

Lençóis Paulista - SP, 26 de junho de 2025.

A Diretoria



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras combinadas**

Aos acionistas do Grupo Zilor

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas do Grupo Zilor (“Grupo”), que compreendem o balanço patrimonial combinado em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do acervo patrimonial líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira combinada do Grupo em 31 de março de 2025, o desempenho combinado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa combinados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis e a correspondente base de preparação das demonstrações financeiras combinadas de propósito especial descritas nas notas explicativas 2 e 3.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas”. Somos independentes em relação ao Grupo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase -Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras combinadas e restrição sobre distribuição ou uso**

Chamamos a atenção para as notas explicativas nº 2.1 e 2.2 às demonstrações financeiras, que descreve a base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras combinadas. As demonstrações financeiras combinadas foram elaboradas com o propósito de permitir aos acionistas, diretores, instituições financeiras e possíveis investidores do Grupo Zilor avaliar a posição patrimonial e financeira combinada do Grupo em 31 de março de 2025, e o desempenho combinado de suas operações para o exercício findo nesta data. Nosso relatório destina-se, exclusivamente, para utilização e informação dos acionistas, diretores, instituições financeiras e possíveis investidores do Grupo Zilor, e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes além dos acionistas, diretores, instituições financeiras e possíveis investidores do Grupo Zilor.

Consequentemente, as demonstrações financeiras combinadas podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## **Outros assuntos**

### *Demonstração do valor adicionado*

A demonstração combinada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de março de 2025, elaborada sob responsabilidade da diretoria do Grupo, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras combinadas do Grupo. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração combinada do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras combinadas tomadas em conjunto.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras combinadas e o relatório do auditor**

A diretoria do Grupo é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras combinadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras combinadas**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas e a correspondente base de preparação das demonstrações financeiras combinadas de propósito especial descritas na nota explicativa 2 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras combinadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Grupo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos

relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Grupo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Grupo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras combinadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras combinadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

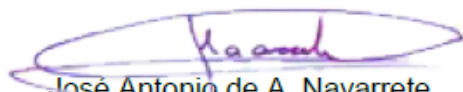
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras combinadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Grupo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Grupo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras combinadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Grupo a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras combinadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras combinadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 26 de junho de 2025.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC-SP-027623/F



José Antonio de A. Navarrete  
Contador CRC-SP198698/O

Ativo	Nota	31/03/2025	31/03/2024	Passivo e acervo líquido	Nota	31/03/2025	31/03/2024
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.096.726	2.415.109	Fornecedores	20	339.794	313.388
Clientes	7	144.289	96.446	Instrumentos financeiros derivativos	6	32.916	757
Instrumentos financeiros derivativos	6	6.075	2.948	Empréstimos, financiamentos e debêntures	21	427.013	933.726
Contas a receber - Cooperativa	8	69.727	52.613	Passivo de arrendamento	18	284.088	251.305
Dividendos a receber	16	458	329	Impostos a recolher		56.517	2.167
Estoques	9	394.957	526.996	Tributos parcelados	22	1.146	11.934
Ativos biológicos	10	266.686	280.060	Obrigações com a Cooperativa	23	-	30.276
Impostos a recuperar	12	67.813	43.154	Salários e contribuições sociais	24	125.714	105.123
Imposto de renda e contribuição social	14	91.799	29.016	Dividendos e juros sobre capital próprio	15	90.995	167.038
Adiantamentos	13	52.790	4.531	Outros passivos	25	122.820	31.149
Outros ativos		12.920	7.318				
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>3.204.240</b>	<b>3.458.520</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>1.481.003</b>	<b>1.846.863</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo				Empréstimos, financiamentos e debêntures	21	3.424.613	2.491.715
Aplicações financeiras	5	35.705	109.523	Passivo de arrendamento	18	1.697.593	1.313.301
Clientes	7	5.115	11.377	Tributos parcelados	22	1.764	1.987
Partes relacionadas	15	636	939	Obrigações com a Cooperativa	23	140.359	127.889
Depósitos judiciais	11	804.056	624.026	Dividendos e juros sobre capital próprio	15	11.014	18.532
Impostos a recuperar	12	47.279	67.089	Provisões para contingências	26	837.919	837.602
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	154.709	245.124
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>892.791</b>	<b>812.954</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>6.267.971</b>	<b>5.036.150</b>
Investimento	16	246.250	254.405	<b>Total do passivo</b>		<b>7.748.974</b>	<b>6.883.013</b>
Outros Investimentos		18.403	18.421	Acervo líquido		2.219.834	2.263.480
Imobilizado	17	3.474.056	3.174.643	<b>Total do acervo líquido atribuível aos acionistas controladores</b>		<b>2.219.834</b>	<b>2.263.480</b>
Direito de uso	18	1.932.564	1.546.412	Participação de não controladores		162.827	153.090
Intangível	19	363.331	34.228	<b>Total do acervo líquido</b>		<b>2.382.661</b>	<b>2.416.570</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>6.927.395</b>	<b>5.841.063</b>	<b>Total do passivo e do acervo líquido</b>		<b>10.131.635</b>	<b>9.299.583</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>10.131.635</b>	<b>9.299.583</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.



	Nota	31/03/2025	31/03/2024
Receita operacional líquida	28	3.716.980	3.487.117
Variação no valor justo do ativo biológico	29	(56.370)	(128.101)
Custos dos produtos vendidos	29	(2.860.347)	(2.671.849)
<b>Lucro bruto</b>		<b>800.263</b>	<b>687.167</b>
Despesas de vendas	29	(131.339)	(106.769)
Despesas administrativas e gerais	29	(271.633)	(227.304)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	30	(13.334)	859.723
<b>Resultado antes das receitas financeiras líquidas, participação nos resultados de empresas investidas e impostos</b>		<b>383.957</b>	<b>1.212.817</b>
Receitas financeiras	31	221.112	204.506
Despesas financeiras	32	(682.219)	(534.122)
Variações cambiais líquidas	33	20.653	(2.646)
<b>Financeiras líquidas</b>		<b>(440.454)</b>	<b>(332.262)</b>
Participação nos resultados de empresas investidas	16	48.189	46.965
<b>Lucro antes dos impostos</b>		<b>(8.308)</b>	<b>927.520</b>
Imposto de renda e contribuição corrente	14	(57.270)	(235.282)
Imposto de renda e contribuição diferido	14	101.836	(59.973)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>36.258</b>	<b>632.265</b>
<b>Resultado atribuído aos:</b>			
Acionistas controladores		26.521	584.142
Acionistas não controladores		9.737	48.123
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>36.258</b>	<b>632.265</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.





	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>36.258</b>	<b>632.265</b>
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado		
Outros componentes do resultado abrangente do exercício		
Variação cambial de investidas no exterior	9.591	(3.019)
Ajustes de avaliação patrimonial em investida - reflexo	(24.481)	9.725
Resultado líquido com instrumentos financeiros designados como <i>hedge accounting</i>	(9.687)	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>11.681</b>	<b>638.971</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.



	Nota	Acervo líquido		Total
		Participação atribuível aos controladores	Participação de não controladores	
<b>Saldo em 1º de abril de 2023</b>		<b>1.820.332</b>	<b>104.967</b>	<b>1.925.299</b>
Variação cambial de investidas no exterior		(3.019)	-	(3.019)
Ajustes de avaliação patrimonial em investidas	16	9.725	-	9.725
Resultado do exercício		584.142	48.123	632.265
Juros sobre o capital próprio		(71.909)	-	(71.909)
Dividendos a pagar		(75.791)	-	(75.791)
<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>		<b>2.263.480</b>	<b>153.090</b>	<b>2.416.570</b>
Variação cambial de investidas no exterior		9.591	-	9.591
Ajustes de avaliação patrimonial em investidas	16	(24.481)	-	(24.481)
Resultado líquido com instrumentos financeiros designados como <i>hedge accounting</i>		(9.687)	-	(9.687)
Resultado do exercício		26.521	9.737	36.258
Juros sobre o capital próprio		(33.000)	-	(33.000)
Dividendos mínimos obrigatórios		(12.590)	-	(12.590)
<b>Saldo em 31 de março de 2025</b>		<b>2.219.834</b>	<b>162.827</b>	<b>2.382.661</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.



	Nota	31/03/2025	31/03/2024
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(8.308)</b>	<b>927.520</b>
<b>Ajustes de:</b>			
Depreciação e amortizações		659.078	584.076
Depreciação da planta portadora	17	173.327	143.432
Consumo do ativo biológico	10	(16.052)	2.084
Variação no valor justo do ativo biológico	10	56.370	128.101
Resultado na venda e baixa de ativos imobilizados	17	8.804	43.570
Participação nos resultados de empresas investidas	16	(48.189)	(46.965)
Perdas em investimentos	16	5.655	-
Resultado com derivativos	6	26.841	(2.191)
Resultado líquido com instrumentos financeiros designados como <i>hedge accounting</i>		(9.687)	-
Provisão para redução ao valor recuperável dos estoques	9	(8.640)	22.667
Variações cambiais imobilizados e intangíveis		(1.344)	962
Juros e variações consecana com direito de uso	18	117.401	98.890
Apropriação de encargos financeiros	32	461.351	389.878
Realização de ajuste a valor presente		-	(2.638)
Constituição de provisões para contingências, líquidas	26	7.452	338.186
Variações monetárias de contingências	26	3.579	10.572
Investimento não controladas		8.466	4.780
<b>Variações em:</b>			
Clientes e outras contas a receber	7	(36.992)	22.093
Instrumentos financeiros derivativos	6	2.191	11.842
Contas a receber - Cooperativa		(17.114)	216.013
Dividendos a receber	16	329	(329)
Estoques	9	164.510	(77.626)
Adiantamentos a fornecedores		416	4.469
Impostos a recuperar	12	1.935	32.478
Imposto de renda e contribuição social		(73.867)	(4.046)
Outros ativos		(4.868)	32.098
Depósitos judiciais	11	(180.017)	(162.047)
Reversão de provisão para contingências, liquidações	26	(10.714)	(9.001)
Fornecedores	20	(48.667)	(30.106)
Impostos e contribuições a recolher		52.070	(195.048)
Tributos parcelados		(7.002)	(17.274)
Salários e contribuições sociais	24	9.823	22.257
Outros passivos	25	26.789	(13.164)
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>1.314.926</b>	<b>2.475.533</b>
Juros pagos		(6.338)	(1.016)
Juros pagos em empréstimos e financiamentos	21	(328.266)	(375.122)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(56.183)	(55.681)
<b>Fluxo de caixa líquido gerado das atividades operacionais</b>		<b>924.139</b>	<b>2.043.714</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Dividendos recebidos da investida	16	26.893	48.086
Aquisições de negócios, líquidos de caixa adquirido	37	(295.138)	-
Escrow - Retenções em garantia		(18.461)	-
Gastos com plantio e tratos culturais	17	(230.290)	(280.277)
Aquisição de ativo imobilizado	17	(346.790)	(455.661)
Aquisição de ativo intangível	19	(2.103)	(12.348)
Rendimento/Aquisição de cota "FIDC"		14.189	25.663
Aplicação financeira		38.129	3.621
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos</b>		<b>(813.571)</b>	<b>(670.916)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Variação de partes relacionadas	15	303	363
Pagamento de arrendamentos	18	(441.880)	(410.606)
Variação de obrigações com a Cooperativa e arrendamento mercantil		(17.806)	3.825
Empréstimos e financiamentos bancários tomados	21	2.126.306	1.143.682
Empréstimos e financiamentos bancários pagos	21	(2.024.517)	(1.246.036)
Empréstimos e financiamento - "FIDC"	21	57.794	27.878
Dividendos pagos	15	(33.572)	(93.219)
Juros sobre o capital próprio	15	(95.579)	(35.048)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos</b>		<b>(428.951)</b>	<b>(609.161)</b>
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa líquido		(318.383)	763.637
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	4	<b>2.415.109</b>	<b>1.651.472</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	4	<b>2.096.726</b>	<b>2.415.109</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.



	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
<b>Receitas</b>	<b>4.664.897</b>	<b>4.373.498</b>
Vendas brutas de mercadorias, produtos e serviços prestados	4.033.916	3.744.029
Receitas referentes a construção de ativos próprios	630.981	629.469
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(2.648.226)</b>	<b>(2.550.034)</b>
Custos dos produtos e das mercadorias vendidas	(1.797.030)	(1.719.523)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(843.816)	(830.511)
Perda/recuperação de valores ativos	(7.380)	-
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>2.016.671</b>	<b>1.823.464</b>
Depreciação e amortização	(659.740)	(584.076)
Ativos biológicos colhidos	(56.370)	(128.101)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>1.300.561</b>	<b>1.111.287</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>284.186</b>	<b>1.189.864</b>
Resultado de equivalência patrimonial	48.189	46.965
Receitas financeiras	221.112	204.506
Outras	14.885	938.393
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>1.584.747</b>	<b>2.301.151</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Pessoal</b>	<b>546.257</b>	<b>471.147</b>
Remuneração direta	327.792	304.659
Benefícios	194.058	144.772
FGTS	24.407	21.716
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>298.028</b>	<b>574.711</b>
Federais	141.925	459.976
Estaduais	156.103	114.735
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>704.204</b>	<b>623.028</b>
Juros	682.219	534.122
Aluguéis	11.199	3.847
Variações cambiais	(20.653)	2.646
Outros	31.439	82.413
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>36.258</b>	<b>632.265</b>
Dividendos	53.124	75.791
Juros sobre o capital próprio	33.000	71.909
Lucros retidos e prejuízos do exercício	(59.603)	436.442
Participação dos não Controladores nos lucros retidos	9.737	48.123
<b>Valor adicionado distribuído e retido</b>	<b>1.584.747</b>	<b>2.301.151</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinado.



## 1. Contexto operacional

As atividades do Grupo Zilor (“Zilor”), o qual inclui a Açucareira Quatá S.A. (“Companhia”, ou “AQ”) e suas controladas e a Companhia Agrícola Quatá (“CAQ”), compreendem, substancialmente, as seguintes operações e entidades:

- A Açucareira Quatá S.A. (“AQ”) é cooperada da Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (“Cooperativa”), desde a sua fundação no ano de 1959, cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega, imediata e definitiva, da produção de açúcar e etanol nos estabelecimentos da Cooperativa. O resultado da comercialização desses produtos, nos mercados interno e externo, é rateado para cada cooperado, conforme as regras legais definidas pelo Parecer Normativo CST nº 66, de 5 de setembro de 1986 (PN 66).
- Compreendem o objeto operacional da AQ a cogeração de energia elétrica utilizada para o consumo interno e para a comercialização com terceiros, a Companhia também possui no seu objeto social a possibilidade de participar no capital de outras empresas.
- Adicionalmente, a AQ atua na produção de derivados de levedura para comercialização independente da Copersucar, substancialmente, no mercado externo por meio da unidade de negócio Biorigin.
- A Companhia Agrícola Quatá (“CAQ”) é uma sociedade anônima de capital fechado localizada em Lençóis Paulista - SP. Que explora suas terras próprias de maneira passiva, mediante cessão do seu uso para serem exploradas por parceiro produtor através do contrato de parceria agrícola, o que tornaria sua operação mais simples e menos onerosa.

### Aquisição da Usina de Salto Botelho Agroenergia (“USB”)

Em 29 de novembro de 2024, o Grupo concluiu a aquisição de 100% do capital social da Salto Botelho Agroenergia S.A. (USB). A transação que havia sido anunciada em 17 de outubro de 2024, foi finalizada a conclusão das condições precedentes, as quais incluía a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e publicada no Diário Oficial da União em 26 de novembro de 2024. A contraprestação da transação totalizou R\$ 324.307 após os ajustes previstos no contrato de compra. A aquisição visa ampliar a produção de açúcar, etanol e energia elétrica do Grupo. Com a aquisição, o Grupo passa a ter quatro unidades agroindustriais em São Paulo, aumentando sua capacidade de moagem em 15%, totalizando 13,8 milhões de toneladas, e posicionando-se entre as 10 maiores produtoras de cana-de-açúcar do Brasil. Os detalhes desta combinação de negócios estão descritos na nota explicativa 37.

### Parceria estratégica

Em 3 de outubro de 2024, o Grupo anunciou a assinatura do intencional de venda do controle da unidade de produção de biotecnologia, Biorigin ao Groupe Lesaffre S.A. (“Lesaffre”), um importante player global no setor de leveduras, fermentação e ingredientes à base de levedura. A transação envolve a segregação das operações desta unidade de negócio localizada em Quatá/SP em uma nova subsidiária, Biorigin S.A (“Biorigin”) como divulgado na nota 2.2 e 16, com a venda de 70% dessa nova entidade para a Lesaffre. O Grupo permanecerá como acionista, detendo 30% do capital social da BISA. Os detalhes da operação estão descritos na nota 39.



## **2. Políticas contábeis materiais**

### **2.1. Base de preparação**

As demonstrações financeiras combinadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

As demonstrações financeiras combinadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos e ativo biológico que foram mensurados pelo valor justo. Os valores contábeis de ativos e passivos reconhecidos que representam itens objeto de hedge ao valor justo que, alternativamente, seriam contabilizados ao custo amortizado, são ajustados para demonstrar as variações nos valores justos atribuíveis aos riscos que estão sendo objeto de hedge.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Zilor, estão apresentados na nota explicativa 2.

A emissão das demonstrações financeiras combinadas foi autorizada pela Administração em 26 de junho de 2025.

### **2.2. Base de combinação**

Demonstrações financeiras combinadas são um único conjunto de demonstrações financeiras combinadas de duas ou mais entidades que estão sob controle comum. A Zilor utilizou a definição de controle do Pronunciamento Técnico CPC 44 (R3) - Demonstrações Combinadas em consonância ao CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, quando da avaliação da existência de controle comum e quanto ao procedimento de combinação, e considerou, entre outros procedimentos:

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na elaboração das demonstrações financeiras combinadas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.2. Base de combinação--Continuação

- As práticas contábeis são uniformes para todas as entidades combinadas; e
- As transações entre as companhias combinadas são eliminadas

As demonstrações financeiras combinadas da Zilor estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades da Zilor, independentemente da disposição de sua estrutura societária. Portanto, estas demonstrações financeiras combinadas não representam as demonstrações financeiras combinadas de uma entidade e não devem ser consideradas para fins de cálculo de dividendos, de impostos ou para outros fins societários, nem podem ser utilizadas como um indicativo da performance financeira que poderia ser obtido se as entidades consideradas na combinação tivessem operado como uma única entidade independente ou como indicativo dos resultados das operações dessas entidades para qualquer período futuro.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras combinadas da Zilor os seguintes procedimentos foram observados:

#### *Avaliação de combinação e entidades consideradas na combinação*

As entidades sujeitas à combinação estiveram sob controle comum durante todo o exercício, com exceção da USB, que passou a ser controlada em dezembro de 2024, coberto pelas demonstrações financeiras intermediárias combinadas, cuja avaliação foi baseada na definição de Controle do Pronunciamento Técnico CPC 44 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

	Atividade operacional	Empresas combinadas			
		31/03/2025		31/03/2024	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
<b>AQ e Controladas</b>	Fabricação e comércio de açúcar, etanol e derivados da cana-de-açúcar	100%	-	100%	-
Biorigin Europe N.V. (Biorigin Europe)	Revenda levedura	-	100%	-	100%
Biorigin USA, LLC (Biorigin USA)	Holding	-	100%	-	100%
PTX Food Corp. (PTX)	Fabricação e revenda	-	100%	-	100%
TPZB Realty, LLC (TPZB)	Imóvel	-	100%	-	100%
Biorigin S.A. (BISA)	Produção e comercialização de leveduras	-	100%	-	-
Usina de Salto Botelho Agroenergia (USB)	Sucroenergético	-	100%	-	-
União São Paulo S.A. Agríc. Ind. E Comércio (USP)	Administrativo	-	46%	-	46%
<b>CAQ</b>	Arrendamentos de terras	100%	-	100%	-

Em julho de 2024, foi constituída a empresa Biorigin S.A, com o objetivo de atuar no setor de produção e comercialização de leveduras, fermentação e ingredientes a base de leveduras a partir da biomassa de cana-de-açúcar. A nova empresa integra o grupo econômico e suas demonstrações financeiras e foram incluídas no processo de consolidação.

Como comentado na nota 1 e 37, em 29 de novembro de 2024 o Grupo concluiu a aquisição de 100% as ações da USB. A partir da data de aquisição e consequente tomada de controle, as informações financeiras da nova controlada passaram a ser consolidadas nas demonstrações financeiras do grupo.



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.2. Base de combinação--Continuação

Abaixo são apresentados os dados das companhias combinadas relativos aos exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 e os respectivos saldos combinados:

	Total do ativo		Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		Lucro (prejuízo) líquido do exercício		Total resultado abrangente	
	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024	31/03/2025	31/03/2024
AQ e Controladas	9.849.315	8.893.263	1.571.743	1.662.004	(25.947)	558.775	(50.524)	565.481
CAQ	941.589	947.566	630.813	581.181	65.222	58.327	65.222	58.327
	<b>10.790.904</b>	<b>9.840.829</b>	<b>2.202.556</b>	<b>2.243.185</b>	<b>39.275</b>	<b>617.102</b>	<b>14.698</b>	<b>623.808</b>
Eliminações intragrupo	(659.269)	(541.246)	17.278	20.295	(3.017)	15.163	(3.017)	15.163
<b>Combinado</b>	<b>10.131.635</b>	<b>9.299.583</b>	<b>2.219.834</b>	<b>2.263.480</b>	<b>36.258</b>	<b>632.265</b>	<b>11.681</b>	<b>638.971</b>

#### Controlada

Nas demonstrações financeiras combinadas as informações financeiras de coligada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. A coligada é aquela entidade na qual a Zilor, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais.

O investimento da Zilor em entidade contabilizado pelo método da equivalência patrimonial compreende sua participação em coligada.

O investimento foi reconhecido inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Zilor no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixe de existir.





## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.3. Combinações de negócios e ágio

O grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos assumidos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo grupo. A contraprestação transferida inclui o valor líquido de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores líquidos na data da aquisição.

O excesso da contraprestação transferida e do valor líquido na data da aquisição de qualquer participação patrimonial adquirida em relação ao valor justo da participação do grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*).

O ágio é a diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida, avaliados pela expectativa de recuperabilidade futura (*goodwill*). O ágio de aquisições de controladas é divulgado nas rubricas “Investimentos” e “Intangível”, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente.

Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do grupo que se espera que sejam beneficiadas pela combinação de negócios, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

O ágio resultante de uma combinação de negócios é reconhecido a conta de investimentos nas demonstrações financeiras da controladora e no ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas.

### 2.4. Mensuração do valor justo

O Grupo mensura instrumentos financeiros (como, por exemplo, derivativos) e ativos não financeiros (como, por exemplo, ativo biológico) ao valor justo em cada data de fechamento.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pelo Grupo.



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.4. Mensuração do valor justo--Continuação

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

O Grupo utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, o Grupo determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Os avaliadores externos estão envolvidos na avaliação de ativos significativos, como por exemplo em uma combinação de negócios.



## **2. Políticas contábeis materiais—Continuação**

### **2.4. Mensuração do valor justo--Continuação**

O envolvimento de avaliadores externos é decidido anualmente pela administração, após discussão com o Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos (“CFAR”) respectiva aprovação dele recebida. Os critérios de seleção incluem conhecimentos de mercado, reputação, independência e verificação se as normas profissionais são cumpridas.

Em cada data de reporte, a administração analisa as movimentações nos valores dos ativos e passivos que devem ser mensurados ou reavaliados de acordo com as políticas contábeis do Grupo. Para fins dessa análise, a administração confirma as principais informações utilizadas na última avaliação, confrontando as informações constantes no cálculo da avaliação com os contratos e demais documentos relevantes.

Em caráter interino, a administração do grupo apresenta os resultados da avaliação ao CFAR e aos auditores independentes do Grupo, bem como uma discussão sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

Para fins de divulgações do valor justo, o Grupo determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

### **2.5. Receita de contrato com cliente**

O Grupo reconhece a receita quando seu valor possa ser mensurado com segurança, sendo provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo. O Grupo baseia-se suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda:

As divulgações de julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas relacionadas à receita de contrato com cliente são apresentadas na Nota 3.



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.5. Receita de contrato com cliente--Continuação

#### *Venda de produtos - açúcar e etanol*

As receitas auferidas e despesas incorridas pela Cooperativa são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção do Grupo em relação às demais cooperadas, em conformidade com o disposto no PN 66.

As vendas desses produtos são reconhecidas no momento da entrega dos produtos ao cliente. Para o reconhecimento da receita, o grupo adere à estrutura conceitual da norma, que inclui a identificação das obrigações de desempenho, a definição do preço da transação e a alocação do preço da transação.

#### *Venda de produtos - derivados de levedura, energia elétrica e outros*

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transferem cumprem com a obrigação de desempenho.

### 2.6. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, determinado no seu reconhecimento inicial e na data base das demonstrações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo do ativo biológico, em cada período, é determinado pela diferença entre o valor justo e custos incorridos com plantio e tratamentos culturais do ativo biológico até o momento da avaliação, deduzidas as eventuais variações acumuladas do valor justo de exercícios anteriores, sendo registrado na rubrica "Variação no Valor Justo do Ativo Biológico", deduzidos dos custos de vendas, sendo que quaisquer alterações são reconhecidas no resultado

### 2.7. Tributos

#### *Imposto de renda e contribuição social - corrente*

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que o Grupo opera e gera lucro tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.7. Tributos--Continuação

#### *Tributos diferidos*

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro tributável (ou prejuízo fiscal) e não dá origem a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis; ou
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro tributável (ou prejuízo fiscal) e não dá origem a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis; ou
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado.

Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos, o Grupo confia em premissas de projeções usadas nas demonstrações financeiras e em outros relatórios da administração, que, entre outras coisas, refletem o impacto potencial de assuntos relacionados ao clima nos negócios, como o aumento do custo de produção como um resultado das medidas de redução da emissão de gás carbônico



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.7. Tributos—Continuação

#### *Tributos diferidos--Continuação*

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Benefícios fiscais adquiridos como parte de uma combinação de negócios, mas que não cumprem os critérios para reconhecimento em separado naquela data, são reconhecidos subsequentemente em caso de novas informações sobre fatos e mudanças nas circunstâncias. O ajuste é tratado como redução no ágio (contanto que não exceda o ágio) se incorrido durante o período de mensuração ou reconhecido no resultado.

O Grupo contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pelo Grupo se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.8. Distribuição de lucros

O Grupo reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando autorizada pelos membros da governança e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

### 2.9. Imobilizado

Os ativos imobilizados são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, o Grupo as deprecia separadamente com base em sua vida útil específica. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado para descontinuação de um ativo após seu uso é incluído no custo do respectivo ativo se forem atendidos os critérios de reconhecimento para uma provisão.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme divulgado na Nota 17.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso.



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.10. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido aquando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.





## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.10. Ativos intangíveis—Continuação

#### Patentes e licenças

O Grupo realizou pagamentos antecipados para adquirir patentes e licenças. As patentes foram concedidas para um período de dez anos pela agência governamental competente, com a opção de renovação no fim do referido período. Licenças para o uso de propriedade intelectual são concedidas por períodos de cinco e dez anos, dependendo da licença específica. As licenças preveem a opção de renovação quando o Grupo cumprir as condições da licença, por um custo baixo ou mesmo sem ônus para o Grupo (para mais detalhes, vide Nota 18). Assim, essas licenças são consideradas como de vida útil indefinida.

A tabela a seguir apresenta um resumo das políticas aplicadas aos ativos intangíveis do Grupo:

	Licenças	Patentes	Desenvolvimento de produtos	Ágio	Ativo de contratos
<b>Vida útil</b>	Indefinida	Indefinida	Definida (1 a 5 anos)	Indefinida	Definida
<b>Método de amortização utilizado</b>	Não amortizada	Não amortizada	Amortizados ao longo do período de vendas futuras esperadas do correspondente projeto de forma linear	Não amortizada	Definida (8 meses)
<b>Gerados internamente ou adquiridos</b>	Adquiridos	Adquiridos	Gerados internamente	Adquiridos	Adquiridos



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.11. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

#### 2.11.1 Ativos financeiros

##### *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.11. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente —Continuação

#### 2.11.1 Ativos financeiros—Continuação

##### *Reconhecimento inicial e mensuração—Continuação*

O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

##### *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

#### 2.11.2 Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, empréstimos a coligadas e empréstimos a diretores, incluídos em outros ativos financeiros não circulantes (vide Nota 6).



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.11. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente —Continuação

#### 2.11.3 Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Os instrumentos de dívida do Grupo ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes compreendem investimentos em instrumentos de dívida cotados incluídos em outros ativos financeiros não circulantes.

#### 2.11.4 Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)

No reconhecimento inicial, o Grupo pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento especificamente.

Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando constituído o direito ao pagamento, exceto quando o Grupo se beneficia desses proventos a título de recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que esses ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.

O Grupo optou por classificar irrevogavelmente seus investimentos patrimoniais não registrados em bolsa nesta categoria.

#### 2.11.5 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.11. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente —Continuação

#### 2.11.5 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado—Continuação

Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais o Grupo não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento.

Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: (a) as características e os riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal; (b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e (c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado.

#### *Desreconhecimento*

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.11. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente —Continuação

#### 2.11.5 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado—Continuação

##### *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Divulgações para premissas significativas - Nota 3;
- Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Nota 27; e
- Contas a receber de clientes - Nota 7.

O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Para instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o Grupo aplica a simplificação do baixo risco de crédito permitida. Em cada data de reporte, o Grupo avalia se o instrumento de dívida é considerado como de baixo risco de crédito usando todas as informações razoáveis e passíveis de fundamentação que estejam disponíveis. Ao fazer tal avaliação, o Grupo reavalia a classificação de risco de crédito interna do instrumento da dívida. Além disso, o Grupo considera que houve um aumento significativo no risco de crédito quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 30 dias.



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.11. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente —Continuação

#### 2.11.5 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado—Continuação

##### *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros—Continuação*

Os instrumentos de dívida do Grupo ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são compostos exclusivamente de títulos cotados na categoria de investimento superior (Muito bom e Bom) pela Agência Modelo de Classificação de Risco de Crédito e, portanto, são considerados investimentos de baixo risco de crédito. Constitui política do Grupo mensurar as perdas de crédito esperadas sobre esses instrumentos em uma base de 12 meses. No entanto, quando houver um aumento significativo no risco de crédito desde a originação, a provisão será baseada na perda de crédito esperada vitalícia. O Grupo utiliza as classificações (*ratings*) da Agência Modelo de Classificação de Risco de Crédito para determinar se o instrumento da dívida aumentou significativamente em termos de risco de crédito e para estimar as perdas de crédito esperadas.

O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. No entanto, em certos casos, o Grupo também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável o Grupo receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pelo Grupo. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

#### 2.11.6 Passivos financeiros

##### *Reconhecimento inicial, mensuração e apresentação*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto e instrumentos financeiros derivativos.



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.11. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente —Continuação

#### 2.11.6 Passivos financeiros—Continuação

##### *Reconhecimento inicial, mensuração e apresentação—Continuação*

O Grupo classifica passivos financeiros que surgem de acordos de financiamento (risco sacado, *forfait* etc.) com fornecedores em Fornecedores e outras contas a pagar no balanço patrimonial se eles tiverem natureza e função semelhantes às contas a pagar. Esse é o caso se o acordo de financiamento com fornecedores fizer parte do capital de giro usado no ciclo operacional normal do Grupo, o nível de segurança fornecido for semelhante às contas a pagar e os termos dos passivos que fazem parte do acordo de financiamento da cadeia de suprimentos não forem substancialmente diferentes dos termos das contas a pagar que não fazem parte do acordo. Os fluxos de caixa relacionados a passivos decorrentes de acordos de financiamento com fornecedores que são classificados em Fornecedores e outras contas a pagar no balanço patrimonial combinado são incluídos nas atividades operacionais no balanço patrimonial combinado.

##### *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

#### 2.11.7 Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. O Grupo não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.





## **2. Políticas contábeis materiais—Continuação**

### **2.11. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente** —Continuação

#### **2.11.8 Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)**

Esta é a categoria mais relevante para O Grupo. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Para mais informações, vide Nota 21.

#### **2.11.9 Desreconhecimento**

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

#### **2.11.10 Compensação de instrumentos financeiros**

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial combinado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.11. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente —Continuação

### 2.12. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

#### 2.12.1 Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuros, *swaps* de taxa de juros e contratos a termo de *commodities*, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio, riscos de taxa de juros e riscos de preço de *commodities*, respectivamente. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

Para fins de contabilidade de *hedge*, os referidos instrumentos de proteção são classificados como:

- *Hedges* de valor justo, quando destinados à proteção da exposição a alterações no valor justo de um ativo ou passivo reconhecido ou de um compromisso firme não reconhecido;
- *Hedges* de fluxo de caixa, quando destinados à proteção da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável, ou ao risco de moeda estrangeira em um compromisso firme não reconhecido; ou
- *Hedges* de um investimento líquido em uma operação no exterior.

No início de um relacionamento de *hedge*, o Grupo formalmente designa e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*.

A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de *hedge* (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*). Um relacionamento de *hedge* se qualifica para contabilidade de *hedge* se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*;



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.12. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*—Continuação

#### 2.12.1 Reconhecimento inicial e mensuração subsequente—Continuação

- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam dessa relação econômica; e
- O índice de *hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a Entidade efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido.

Os *hedges* que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de *hedge* são registrados conforme descrito abaixo:

#### *Hedges de valor justo*

A mudança no valor justo de um instrumento de *hedge* é reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. A mudança no valor justo do item objeto de *hedge* atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas.

Para *hedges* de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do *hedge*, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de *hedge* for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado. Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado.

#### *Hedges de fluxo de caixa*

A parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida em outros resultados abrangentes, enquanto qualquer parcela inefetiva é reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. A reserva de *hedge* de fluxo de caixa é ajustada ao menor valor entre o ganho ou a perda acumulada no instrumento de *hedge* e a mudança acumulada no valor justo do item objeto de *hedge*.



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.12. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*—Continuação

#### 2.12.1 Reconhecimento inicial e mensuração subsequente—Continuação

##### *Hedges de fluxo de caixa--Continuação*

O Grupo utiliza contratos futuros de moedas como *hedge* de sua exposição ao risco de moeda estrangeira em transações previstas e compromissos firmes, bem como contratos futuros de *commodities* para sua exposição à volatilidade nos preços de *commodities*. A parcela ineficaz referente a contratos em moeda estrangeira é reconhecida como outras despesas, e a parte ineficaz relativa a contratos de *commodities* é reconhecida em outras despesas operacionais. Vide Nota 25 para mais detalhes.

O Grupo designa exclusivamente o elemento à vista de contratos a termo como instrumento de *hedge*. O elemento a termo é reconhecido em outros resultados abrangentes.

Os montantes acumulados em outros resultados abrangentes são contabilizados, dependendo da natureza da transação subjacente do objeto de *hedge*. Se a transação objeto de *hedge* subsequentemente resultar no reconhecimento de um item não financeiro, o montante acumulado no patrimônio líquido é retirado do componente separado do patrimônio líquido e incluído no custo inicial ou em outro valor contábil do ativo ou passivo protegido. Não se trata de um ajuste de reclassificação e não será reconhecido em outros resultados abrangentes para o período. Isso também se aplica quando a transação prevista protegida por *hedge* de um ativo não financeiro ou passivo não financeiro torna-se subsequentemente um compromisso firme para o qual é aplicada a contabilização de *hedge* de valor justo.

Para quaisquer outros *hedges* de fluxo de caixa, o montante acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado como um ajuste de reclassificação no mesmo período ou períodos durante os quais os fluxos de caixa protegidos afetam o resultado.

Se a contabilização do *hedge* de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por *hedge* ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do *hedge*, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito acima.



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.13. Estoques

Os estoques correspondem ao custo de produção e de aquisição de insumos, materiais de manutenção e de uso e consumo e são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de execução e as despesas de venda. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel.

### 2.14. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Outras divulgações relacionadas a perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (exceto os indicados nesta Nota) estão disponíveis nas notas explicativas abaixo:

- Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas - Nota 3;
- Imobilizado - Nota 17;
- Ativos intangíveis - Nota 19.

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.14. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros—Continuação

O Grupo baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, o Grupo estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

O Grupo avalia se os riscos climáticos, incluindo riscos físicos e riscos de transição, poderiam ter um impacto significativo. Caso afirmativo, esses riscos são incluídos nas projeções de fluxo de caixa ao avaliar os montantes de valor em uso. Para uma discussão mais detalhada sobre o impacto dos riscos relacionados ao clima no valor em uso.



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.15. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

Os saldos bancários a descoberto representam contas correntes garantidas, as quais são apresentadas como parte de empréstimos e financiamentos de forma consistente com sua natureza de atividade de financiamento e não como parte de caixa e equivalentes de caixa uma vez que não há outras contas correntes mantidas junto à respectiva instituição financeira, as quais pudessem compensar o saldo devedor.

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, os saldos bancários a descoberto são incluídos como componente de caixa e equivalentes de caixa, uma vez que essas contas garantidas são liquidadas em curto espaço de tempo e compõem parte integral da gestão de caixa da Entidade.

### 2.16. Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

#### *Provisões para contingências*

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.17. Benefícios a empregados

#### *Benefícios de curto prazo a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

### 2.18. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras combinadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade do Grupo determina sua própria moeda funcional, e, naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real na data de reporte.

#### *Transações e saldos*

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data de reporte.

Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido. Essas diferenças são reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado. Encargos e efeitos tributários atribuídos à variação cambial sobre esses itens monetários são também reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Itens não monetários mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Itens não monetários mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos usando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas em que o valor justo tiver sido mensurado. Os ganhos ou perdas resultantes da conversão de itens não monetários mensurados ao valor justo são tratados de acordo com o reconhecimento aplicável ao ganho ou perda sobre a variação do valor justo do item (ou seja, diferenças de conversão para itens cujo ganho ou perda de valor justo são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou no resultado do exercício também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou no resultado do exercício, respectivamente).





## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.18. Conversão de moeda estrangeira—Continuação

#### *Transações e saldos--Continuação*

Na determinação da taxa de câmbio a ser utilizada no reconhecimento inicial do respectivo ativo, despesa ou receita (ou parte dele) relacionada a pagamento ou recebimento antecipado, a data da transação é a data em que o Grupo reconhece inicialmente o ativo não monetário ou o passivo não monetário decorrente do pagamento ou do recebimento antecipado. Quando há vários pagamentos ou recebimentos antecipados, o Grupo determina a data da transação para cada pagamento ou recebimento da contraprestação antecipada.

#### *Empresas do Grupo*

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio de fechamento na data do respectivo balanço e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas de ocorrência das transações, assim como as demonstrações dos fluxos de caixa. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas em outros resultados abrangentes. No momento da baixa de entidade no exterior, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a essa entidade no exterior, reconhecido em outros resultados abrangentes, é reclassificado para o resultado.

### 2.19. Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

#### *O Grupo como arrendatária*

O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.19. Arrendamentos—Continuação

#### *Ativos de direito de uso*

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para o Grupo ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

#### *Passivos de arrendamento*

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de CDI na data de término do contrato porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é mensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.19. Arrendamentos—Continuação

#### *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor*

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

### 2.20. Eventos após o período de relatório

Se o Grupo receber informações após o período de relatório, mas antes da data de autorização para emissão, sobre condições que existiam no final do período de relatório, Ela avaliará se as informações afetam os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras combinadas. O Grupo ajustará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras para refletir quaisquer eventos de ajuste após o período de relatório e atualizará as divulgações relacionadas a essas condições à luz das novas informações. Para eventos que não originam ajustes após o período de relatório, o Grupo não alterará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras combinadas, mas divulgará a natureza do evento que não origina ajustes e uma estimativa de seu efeito financeiro, ou uma declaração de que tal estimativa não pode ser feita, se aplicável.

### 2.21. Lucro por ação (LPA)

O LPA básico é calculado dividindo o lucro do ano atribuível aos detentores de capital ordinário (titulares de ações ordinárias) da controladora pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o ano.

O LPA diluído é calculado dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital ordinário da controladora (após o ajuste para juros sobre as ações preferenciais conversíveis) pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o ano mais a média ponderada do número de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais delitivas em ações ordinárias.



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.22. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

#### 2.22.1 IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

O Grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

#### 2.22.2 IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.22. Normas emitidas, mas ainda não vigentes—Continuação

#### 2.22.2 IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações—Continuação

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Como os instrumentos patrimoniais do Grupo são negociados publicamente, ele não é elegível para aplicação do IFRS 19.

#### 2.22.3 Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado. Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo.



## 2. Políticas contábeis materiais—Continuação

### 2.22. Normas emitidas, mas ainda não vigentes—Continuação

#### 2.22.4 Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo.

## 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação destas demonstrações financeiras combinadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.



### 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas—Continuação

#### 3.1. Julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras combinadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas combinados. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### 3.2. Incertezas sobre premissas e estimativas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativa com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

##### *Nota Explicativa nº 10: Ativos biológicos*

O valor justo do ativo biológico do Grupo representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para este ativo, que é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados.

##### *Nota Explicativa nº 14: Imposto de renda e contribuição social*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social possam ser compensados. A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

##### *Nota Explicativa nº 18: Taxa de desconto para direito de uso*

Para cálculo do valor presente dos contratos de arrendamento foi utilizada uma projeção de CDI Futuro baseada na vida útil dos contratos de terras vigentes.



### 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas—Continuação

#### 3.2. Incertezas sobre premissas e estimativas—Continuação

##### *Nota Explicativa nº 17: Revisão da vida útil do imobilizado*

Para os ativos com vida útil definida é revisada no fechamento de cada exercício social a vida útil econômica remanescente do ativo. Já para os ativos com vida útil econômica indefinida é realizado no fechamento do exercício social o teste de recuperabilidade de ativos e as perdas por teste de recuperabilidade são reconhecidas se, e somente se, o valor recuperável do ativo for menor do que o valor contábil.

##### *Nota Explicativa nº 19: Intangível*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

##### *Nota Explicativa nº 24: Provisões*

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico e a avaliação dos advogados externos e internos.

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Caixa e bancos	168.091	68.735
Aplicações financeiras	1.928.635	2.346.374
	<u><b>2.096.726</b></u>	<u><b>2.415.109</b></u>

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a operações CDB (Certificado de depósito bancário), com garantia de recompra pelos bancos e certificados de depósitos bancários, ambos remunerados pelo Certificado de Depósito Interbancário - CDI, numa média ponderada de 100,30% (101,73% em março de 2024), que podem ser resgatadas a qualquer momento sem perdas significativas.





## 5. Aplicações financeiras

	31/03/2025	31/03/2024
Aplicações financeiras restritas (i)	24.282	26.117
FIDC	11.423	83.406
<b>Total</b>	<b>35.705</b>	<b>109.523</b>

(i) Em 31 de dezembro de 2024, referiam-se exclusivamente as aplicações financeiras restritas da USP, remunerado pelo Certificado de Depósito Interbancário – CDI, numa média ponderada de 99,16%, esse valor é oriundo de discussão judicial tributária do IRPJ e CSLL, do período de 1994 e 1995. Em julho de 2024, houve uma alteração na garantia do processo, substituindo a aplicação restrita por uma carta fiança. Com isso a aplicação restrita foi totalmente liberada.

Em 31 de março de 2025, do montante de R\$ 24.282, o R\$ 18.461 (controladora) refere-se à Escrow, firmada entre a Zilor e os vendedores na negociação da aquisição USB (Nota 37), onde um terceiro neutro mantém e regula o pagamento de fundos entre duas partes em uma transação. Esses fundos são liberados conforme o cumprimento das condições contratuais, garantindo segurança e transparência na transação. E o valor de R\$ 5.821 referem-se as aplicações financeiras restritas da USB, remunerado pelo Certificado de Depósito Interbancário – CDI, numa média ponderada de 100%.

### Fundo de Investimento em Direitos Creditórias (FIDC)

Em 04 de outubro de 2024, a Açucareira Quatá S.A. assinou (i) Termo de Adesão ao Regulamento do fundo exclusivo Produtores Rurais *Receivables* e ii) Boletim de Subscrição de Cotas da 1ª Emissão de Cotas do FIDC Produtores Rurais Subordinadas Mezanino, cuja integralização de recursos ocorreu em 04 de outubro de 2024. O Fundo foi estruturado com o saldo total de R\$ 75.651, tendo como cotistas inicialmente a AQ, que participa com cota subordinada correspondendo a 15% e participação de terceiros com o restante das cotas que são de mezanino e sênior, correspondendo a 5% e 80% respectivamente. O saldo atualizado em 31 de março de 2025 é R\$ 11.423.

Em 18 de outubro de 2024, a Açucareira Quatá S.A. encerrou (i) Termo de Adesão ao Regulamento do fundo exclusivo Produtores Rurais *Receivables* e ii) Boletim de Subscrição de Cotas da 1ª Emissão de Cotas do FIDC Produtores Rurais Subordinadas *Receivables*, cuja liquidação de recursos ocorreu em 18 de outubro de 2024 no montante de R\$ 28.374.

## 6. Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo utiliza como instrumento de proteção cambial, operações de NDF (*Non-Deliverable Forwards*), contratadas para proteção da projeção de exportação de derivados de levedura, as operações de NDF estão refletidas nas demonstrações financeiras do Grupo com base na marcação a mercado fornecida pelas Instituições Financeiras detentora do contrato da operação.

	31/03/2025			31/03/2024		
	Valor de referência (nacional) na moeda	Valor justo (mercado)	Ganho (perda) no resultado financeiro	Valor de referência (nacional) na moeda	Valor justo (mercado)	Ganho (perda) no resultado financeiro
Swap de Taxa de juros						
Swap de valor justo (BRL) (i)	(1.599.684)	(26.880)	(26.880)	(300.000)	1.786	1.786
Posição Vendida						
Moeda estrangeira (USD)	8.300	(682)	(682)	16.050	(112)	(112)
Moeda estrangeira (EUR)	9.600	721	721	17.235	517	517
		<b>(26.841)</b>			<b>2.191</b>	
<b>Ativo circulante</b>		<b>6.075</b>			<b>2.948</b>	
<b>Passivo circulante</b>		<b>(32.916)</b>			<b>(757)</b>	

(i) Referem-se a Swap de taxa de juros com indexador de IPCA para CDI.



## 7. Clientes

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Contas a receber mercado interno	30.496	35.133
Contas a receber mercado externo	121.760	73.289
( - ) Perda em créditos de liquidação duvidosa	<u>(2.852)</u>	<u>(599)</u>
	<b>149.404</b>	<b>107.823</b>
Circulante	<u>144.289</u>	<u>96.446</u>
<b>Não circulante</b>	<b><u>5.115</u></b>	<b><u>11.377</u></b>

As contas a receber de clientes e demais contas a receber do Grupo são denominadas nas seguintes moedas:

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Reais	27.644	34.534
Dólares americano	39.991	24.018
Euros	81.769	49.271
	<b><u>149.404</u></b>	<b><u>107.823</u></b>

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é a seguinte:

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
<b>A vencer</b>		
Até 30 dias	47.505	41.875
De 31 a 90 dias	59.198	37.068
De 91 a 180 dias	11.575	5.452
Acima de 180 dias	<u>21.864</u>	<u>11.532</u>
	<b>140.142</b>	<b>95.927</b>
<b>Vencidos</b>		
Até 30 dias	5.407	8.225
De 31 a 90 dias	807	1.828
De 91 a 180 dias	4	446
Acima de 180 dias	<u>3.044</u>	<u>1.397</u>
	<b>9.262</b>	<b>11.896</b>
	<b><u>149.404</u></b>	<b><u>107.823</u></b>

O Grupo mensura como perda de crédito para dívidas de contas a receber que são classificadas como de baixo risco, assim como os saldos de equivalentes de caixa, desde que o risco de crédito e inadimplência não tenham aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. Todos os títulos registrados são analisados, sendo que, aqueles com vencimentos superiores a 30 dias começam a ser avaliados qualitativamente, clientes com saldo em aberto a mais de 6 meses e inferior a R\$ 15 é realizado a baixa definitiva do valor, pois consideramos ser de difícil recuperação.



## 8. Contas a receber - Cooperativa

Como mencionado na nota 1, a AQ é cooperada da Copersucar a qual é a comercializadora de açúcar e etanol de seus cooperados.

O valor de R\$ 69.727 (R\$ 52.613 em março de 2024) a receber das operações com a Cooperativa, em conformidade com o PN 66, que dispõe sobre o momento da apropriação da receita operacional no caso de faturamento por ato cooperativo, de acordo com a produção da AQ.

Os montantes relacionados às contas a receber da Cooperativa referem-se a operações relacionadas aos atos cooperados, sendo assim, a diretoria não prevê possibilidades de perdas decorrentes dessas operações.

### Outros ativos financeiros

O Poder Judiciário condenou a União a indenizar a Cooperativa por danos causados a seus cooperados decorrentes da fixação de preços defasados em vendas de açúcar e Etanol realizadas na década de 1980. Em março de 2019, foi realizado o levantamento pela Cooperativa de uma primeira parcela do primeiro precatório expedido no curso do referido processo, no valor bruto de R\$ 906.000, representando 5,5% do total das requisições de pagamento.

O Grupo recebeu até a data de 31 de março de 2025, todas as parcelas de precatório devidas no montante líquido de R\$ 2.488.502 e a Copersucar reteve o valor de R\$ 290.466 referente a PIS/COFINS.

Na safra 18/19 o Grupo recebeu líquido R\$ 90.975, referente 1ª parcela do 1º Precatório a Copersucar reteve R\$ 14.388 referente a PIS/COFINS.

Na safra 19/20 o Grupo recebeu líquido R\$ 290.309, referente 2ª parcela do 1º Precatório e 1ª parcela do 2º Precatório a Copersucar reteve R\$ 33.384 referente a PIS/COFINS.

Na safra 20/21 o Grupo recebeu líquido R\$ 318.762, referente 3ª parcela do 1º Precatório e 2ª parcela do 2º Precatório a Copersucar reteve R\$ 36.657 referente a PIS/COFINS.

Na safra 21/22 o Grupo recebeu líquido R\$ 345.498, referente 4ª parcela do 1º Precatório e 3ª parcela do 2º Precatório a Copersucar reteve R\$ 39.719 referente a PIS/COFINS.

Na safra 22/23 o Grupo recebeu líquido R\$ 395.938 referente a 5ª parcela do 1º Precatório e 4ª parcela do 2º Precatório a Copersucar reteve R\$ 45.509 referente a PIS/COFINS.

Na safra 23/24 o Grupo recebeu líquido R\$ 1.047.019 referente a 6ª parcela do 1º Precatório, 5ª e 6ª parcelas do 2º Precatório e a parcela única do 3º Precatório a Copersucar reteve R\$ 120.810 referente a PIS/COFINS.

O Grupo está discutindo judicialmente a incidência dos tributos PIS, Cofins, Impostos de Renda e Contribuição Social.



## 9. Estoques

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Produtos acabados entregues à Cooperativa		
Açúcar	398	514
Etanol	76	-
Derivados de levedura	177.375	287.898
Produtos semi-acabados	19.065	31.320
Insumos, materiais auxiliares, de manutenção e outros	216.426	220.505
Renovabio - CBIOS (i)	26.892	40.674
Provisão para redução a valor recuperável e perda dos estoques	(45.275)	(53.915)
	<u><b>394.957</b></u>	<u><b>526.996</b></u>

### Movimentação das provisões de perdas no estoque:

<b>Saldo em 31 de março de 2024</b>	<b>53.915</b>
Reversão de provisão	(49.399)
Constituição de provisão	40.759
<b>Saldo em 31 de março de 2025</b>	<b>45.275</b>

- (i) Em 31 de março de 2025, existiam 390 mil CBIOS escriturados e registrados a valor realizável líquido (400 mil CBIOS em 31 de março de 2024).

## 10. Ativos biológicos

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Custo histórico	212.538	177.602
Valor justo (i)	54.148	102.458
<b>Ao final do exercício</b>	<b>266.686</b>	<b>280.060</b>

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Movimentação:		
<b>No início do exercício:</b>	<b>280.060</b>	<b>410.245</b>
Combinação de negócios USB (nota 37)	26.944	-
Aumentos decorrentes de tratos culturais	192.713	175.880
Redução decorrentes da colheita	(176.661)	(177.964)
Variação no valor justo (i)	(56.370)	(128.101)
<b>No final do exercício:</b>	<b>266.686</b>	<b>280.060</b>

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Área estimada de colheita (hectares)	69.184	51.580
Produtividade do canavial (tonelada/hectare)	69	70
Quantidade de ATR (kg)	136,00	135,60
Valor médio ATR	1,2690	1,3190
Taxa de desconto - WACC	10,43%	9,97%

- (i) A variação no valor justo dos ativos biológicos para a safra 2025/2026 deve-se principalmente à expansão da área cultivada, que aumentou de 51.580 para 69.184 hectares, incluindo 10.922 hectares da aquisição da USB. Houve também uma variação no preço do ATR (Açúcar Total Recuperável), acompanhando as tendências do mercado e o mix do Geupo. Os demais parâmetros permaneceram estáveis em relação a março de 2024.



## 10. Ativos biológicos—Continuação

### Estratégia de gerenciamento de risco relacionada às atividades agrícolas

O Grupo está exposta aos seguintes riscos relacionados às suas plantações:

i) *Riscos regulatórios e ambientais*

O Grupo está sujeito às leis e regulamentos pertinentes às atividades em que opera. A diretoria estabeleceu políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais e realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes sejam suficientes para gerir esses riscos.

ii) *Risco de oferta e demanda*

O Grupo está exposto aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar, etanol, derivados de levedura e energia produzidos a partir da cana-de-açúcar. Quando possível, é realizada a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado. A diretoria realiza análises de tendência regulares dos setores para garantir que as estratégias operacionais estejam em linha com o mercado e assegurem que os volumes de produção projetados sejam coerentes com a demanda esperada.

iii) *Riscos climáticos e outros*

A estimativa do valor justo poderia aumentar (diminuir) se:

- O preço estimado do Açúcar Total Recuperável - ATR fosse maior (menor);
- A produtividade (toneladas por hectare e quantidade de ATR) prevista fosse maior (menor); e
- A taxa de desconto fosse menor (maior).

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas aos riscos de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais e outras forças naturais. O Grupo tem processos extensivos com recursos, tecnológicos e humanos, alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar.

Historicamente, as condições climáticas podem causar volatilidade no setor sucoenergético e, conseqüentemente, no resultado operacional do Grupo, por influenciarem as safras aumentando ou reduzindo as colheitas. Além disso, os negócios do Grupo estão sujeitos à sazonalidade de acordo com o ciclo de crescimento da cana-de-açúcar na região sudeste do Brasil.



## 11. Depósitos judiciais

	1º de abril de 2024	Combinação de negócios USB	Adições	Baixas	Atualização monetária	31 de março de 2025
Tributárias (i)	619.057	-	180.762	(3.747)	4.122	800.194
Cíveis e ambientais	2.612	-	112	(1.251)	244	1.717
Trabalhistas	2.357	13	93	(611)	293	2.145
<b>Total de depósitos judiciais</b>	<b>624.026</b>	<b>13</b>	<b>180.967</b>	<b>(5.609)</b>	<b>4.659</b>	<b>804.056</b>

- (i) Referem-se substancialmente a depósitos judiciais relacionados a tributação dos recursos retidos na ação indenizatória do IAA, mencionada na nota 26 no valor de R\$ 788.431 no combinado em 31 de março de 2025.

## 12. Impostos a recuperar

	31/03/2025	31/03/2024
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (i)	71.053	85.560
PIS - Programa de Integração Social (i)	3.147	1.801
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (i)	10.936	7.690
IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte (ii)	22.896	9.375
REINTEGRA - Regime Especial de Reint. de Valores Tributários (iii)	4.570	3.857
Outros	2.490	1.960
	<b>115.092</b>	<b>110.243</b>
Circulante	67.813	43.154
<b>Não circulante</b>	<b>47.279</b>	<b>67.089</b>

- (i) Referem-se a créditos gerados nas operações normais do Grupo, podendo ser compensados com tributos da mesma natureza em escrituração gráfica, além da compensação em conta gráfica, os créditos podem ser transferidos para a Cooperativa.
- (ii) Corresponde ao imposto de renda retido sobre aplicações financeiras. O imposto retido compõe o saldo negativo de imposto de renda ao final de cada exercício fiscal e pode ser compensado com qualquer tributo administrado pela Receita Federal do Brasil. O Grupo estima que o saldo existente será realizado no curso normal de suas operações sem ocorrência de perdas.
- (iii) Refere-se ao regime especial instituído por meio da Lei 12.546/2011, conversão da Medida Provisória 540/2011, objetivando o aumento da competitividade da indústria nacional, como parte do Plano Brasil Maior ("PBM"), no qual busca-se a desoneração das exportações, ressarcindo ao exportador de bens industrializados até 3% do valor exportado.

Na eventualidade de remanescerem créditos acumulados da atividade agrícola por meio dos estabelecimentos agrícolas filiais da AQ, esta poderá se valer do processo de crédito acumulado de acordo com a legislação do Estado de São Paulo para viabilizar sua completa monetização.

Em relação ao Pis e Cofins, os créditos vinculados nas receitas de exportação e nas receitas oriundas do açúcar comercializados no mercado interno, além da compensação em conta gráfica, podem ser compensados com qualquer tributo administrado pela Receita Federal do Brasil e ou Pedido de Ressarcimento em moeda.

Tanto em relação aos créditos de ICMS, como aos créditos de PIS e COFINS, a diretoria do Grupo estima que os saldos existentes em 31 de março de 2025 serão realizados no curso normal de suas operações sem a ocorrência de perdas.



### 13. Adiantamentos

	31/03/2025	31/03/2024
Adiantamento a fornecedores de cana-de-açúcar (i)	49.976	700
Adiantamento a fornecedores diversos	2.814	3.831
<b>Total de adiantamentos</b>	<b>52.790</b>	<b>4.531</b>

(i) Esses adiantamentos são valores pagos antecipadamente aos parceiros de cana da controlada USB.

### 14. Imposto de renda e contribuição social

#### a) Composição, natureza e realização dos impostos de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 1º de abril de 2024	Combinação de negócios USB (nota 37)	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos no acervo líquido	Saldo em 31 de março de 2025
<b>Ativo não circulante</b>					
Prejuízos fiscais do imposto de renda	14.206	28.683	51.165	-	94.054
Base negativa da contribuição social	4.398	10.326	18.205	-	32.929
Provisões para contingências	175.501	-	(296)	-	175.205
Arrendamento mercantil	131.029	2.224	15.107	-	148.360
Provisão para perdas com créditos tributários	2.800	-	1.506	-	4.306
PMR / Provisão NF Serviços	32.440	-	(12.671)	-	19.769
Energia elétrica	823	-	3.397	-	4.220
Resultado em operações de mercado futuro	-	-	4.136	4.990	9.126
Outros	8.570	2.540	30.694	-	41.804
	<b>369.767</b>	<b>43.773</b>	<b>111.243</b>	<b>4.990</b>	<b>529.773</b>
<b>Passivo não circulante</b>					
Imobilizado – custo atribuído	(270.494)	(27.597)	(5.342)	-	(303.433)
Imobilizado – diferença de taxa de depreciação	(161.835)	-	33.513	-	(128.322)
Ajuste a valor presente	(9.854)	-	-	-	(9.854)
Ativo biológico	(39.753)	(2.740)	19.166	-	(23.327)
Resultado em operações de mercado futuro	(745)	-	745	-	-
Depreciação incentivada	(101.016)	(13.808)	(52.159)	-	(166.983)
Mais-valias	-	(22.072)	-	-	(22.072)
Outros	(31.194)	-	703	-	(30.491)
	<b>(614.891)</b>	<b>(66.217)</b>	<b>(3.374)</b>	<b>-</b>	<b>(684.482)</b>
<b>Efeito líquido no diferido</b>	<b>(245.124)</b>	<b>(22.444)</b>	<b>107.869</b>	<b>4.990</b>	<b>(154.709)</b>
Passivo não circulante	(245.124)				(154.709)
	<b>(245.124)</b>				<b>(154.709)</b>



## 14. Imposto de renda e contribuição social—Continuação

### a) Composição, natureza e realização dos impostos de renda e contribuição social diferidos—continuação

	Saldo em 1º de abril de 2023	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de março de 2024
<b>Ativo não circulante</b>			
Prejuízos fiscais do imposto de renda	78.826	(64.620)	14.206
Base negativa da contribuição social	26.763	(22.365)	4.398
Provisões para contingência	129.757	45.744	175.501
Arrendamento mercantil	107.354	23.675	131.029
Provisão para perdas com créditos tributários	2.817	(17)	2.800
PMR / Provisão NF Serviços	9.648	22.792	32.440
Energia elétrica	4.005	(3.182)	823
Outros	15.368	(6.798)	8.570
	<b>374.538</b>	<b>(4.771)</b>	<b>369.767</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Imobilizado – custo atribuído	(266.881)	(3.613)	(270.494)
Imobilizado – diferença de taxa de depreciação	(156.414)	(5.421)	(161.835)
Ajuste a valor presente	(9.854)	-	(9.854)
Ativo biológico	(83.307)	43.554	(39.753)
Resultado em operações de mercado futuro	(4.026)	3.281	(745)
Depreciação incentivada	(11.524)	(89.492)	(101.016)
Outros	(26.156)	(5.038)	(31.194)
	<b>(558.162)</b>	<b>(56.729)</b>	<b>(614.891)</b>
	<b>(183.624)</b>	<b>(61.500)</b>	<b>(245.124)</b>
Passivo não circulante	(183.624)		(245.124)
	<b>(183.624)</b>		<b>(245.124)</b>

O Grupo estima recuperar a totalidade dos créditos tributários nos períodos a serem encerrados em:

	31/03/2025	31/03/2024
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	29.333	39.296
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	500.440	330.471
	<b>529.773</b>	<b>369.767</b>





## 14. Imposto de renda e contribuição social—Continuação

### a) Composição, natureza e realização dos impostos de renda e contribuição social diferidos—continuação

O Grupo prevê a recuperabilidade dos ativos, conforme demonstrado abaixo:

	<u>Saldos</u>
Imposto de renda e contribuição social	
2025/2026	83.417
2026/2027	37.266
2027/2028	6.299
<b>Total</b>	<b>126.982</b>
<b>Diferenças temporárias</b>	
Provisões para contingências	175.205
Arrendamento mercantil CPC 06	148.360
Provisão PMR	19.769
Resultado em operações de mercado futuro	9.126
Provisão estoques	3.477
Provisão para perdas esperadas	4.306
Imposto de renda pago no exterior	17.679
Ganho de capital decorrentes da aquisição de ativos	12.401
Outras	12.468
<b>Total</b>	<b>402.791</b>
<b>Saldo total</b>	<b>529.773</b>

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração e do direito legal de compensar no futuro o imposto de renda devido oriundo de passivos fiscais diferidos.



## 14. Imposto de renda e contribuição social—Continuação

### b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/03/2025			31/03/2024		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Resultado antes dos impostos	(8.308)	(8.308)	(8.308)	927.520	927.520	927.520
Alíquota máxima	25%	9%	34%	25%	9%	34%
	<b>2.077</b>	<b>748</b>	<b>2.825</b>	<b>(231.880)</b>	<b>(83.477)</b>	<b>(315.357)</b>
Tributos sobre adições e exclusões permanentes:						
Lucro disponibilizados no exterior	-	-	-	-	(2.413)	(2.413)
Resultado de equivalência patrimonial	12.047	4.337	16.384	11.741	4.227	15.968
Créditos de descarbonização (CBIO)	4.759	4.200	8.959	5.366	4.590	9.956
Juros sobre capital próprio	8.250	2.970	11.220	17.977	6.472	24.449
Outras exclusões (adições) e ajustes permanentes	1.234	3.944	5.178	(13.883)	(13.975)	(27.858)
<b>Tributos no resultado</b>	<b>28.367</b>	<b>16.199</b>	<b>44.566</b>	<b>(210.679)</b>	<b>(84.576)</b>	<b>(295.255)</b>
Corrente	(45.177)	(12.093)	(57.270)	(167.799)	(67.483)	(235.282)
Diferido	73.544	28.292	101.836	(42.880)	(17.093)	(59.973)
<b>Tributos no resultado</b>	<b>28.367</b>	<b>16.199</b>	<b>44.566</b>	<b>(210.679)</b>	<b>(84.576)</b>	<b>(295.255)</b>
Alíquota efetiva	341%	195%	536%	23%	9%	32%

### c) Ativo fiscal corrente

	31/03/2025	31/03/2024
IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (i)	71.628	25.256
CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (i)	20.171	3.760
	<b>91.799</b>	<b>29.016</b>

- (i) Saldo negativo de exercícios anteriores correspondem às antecipações de imposto de renda e contribuição social pagas durante exercícios anteriores que superaram o valor efetivamente devido no encerramento do ano fiscal. O Grupo estima que o saldo existente será realizado no curso normal de suas operações sem a ocorrência de perdas, seja pela compensação com tributos administrados pela receita federal, seja pela monetização através do pedido de ressarcimento em espécie.



## 15. Partes relacionadas

### a) Operações com pessoal-chave

O pessoal-chave do Grupo é composto pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria eleitos a cada dois anos por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. O montante referente à remuneração do pessoal-chave do Grupo durante o período findo em 31 de março de 2025 a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 29.837 (R\$ 18.554 em março de 2024).

### b) Saldos e operações

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Ativo não circulante		
Mútuo financeiro		
Diretores	636	939

O mútuo concedido aos diretores refere-se a benefício para compra de automóvel, prática alinhada ao mercado, trazendo mais flexibilidade na aquisição pelos executivos, diminuindo a administração por parte da empresa e contribuindo com uma forma de retenção destes profissionais. Esses mútuos são descontados em folha de pagamento mensalmente.

### c) Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos e a pagar

	Saldo em 1º de abril de 2024	Deliberado	Retenção IRRF	Pagamento	Saldo em 31 de março de 2025
Dividendos da safra 21/22 (b)					
Açucareira Quatá S.A.	6.618	-	-	(6.618)	-
Juros sobre o capital próprio da safra 22/23 (c)					
Açucareira Quatá S.A.	43.951	-	-	(37.001)	6.950
Juros sobre o capital próprio da safra 23/24 (d)					
Açucareira Quatá S.A.	59.210	-	-	(47.628)	11.582
Dividendos da safra 23/24 (f)					
Açucareira Quatá S.A.	52.884	-	-	(11.683)	41.201
Dividendos da safra 23/24 (g)					
Companhia Agrícola Quatá	22.907	-	-	(15.271)	7.636
Juros sobre o capital próprio da safra 24/25 (h)					
Açucareira Quatá S.A.	-	30.000	(4.500)	(3.450)	22.050
Juros sobre o capital próprio da safra 24/25 (i)					
Companhia Agrícola Quatá	-	3.000	(450)	(2.550)	-
Dividendos da safra 24/25 (j)					
Companhia Agrícola Quatá	-	12.590	-	-	12.590
	<b>185.570</b>	<b>45.590</b>	<b>(4.950)</b>	<b>(124.201)</b>	<b>102.009</b>
Total circulante	167.038				90.995
<b>Total não circulante</b>	<b>18.532</b>				<b>11.014</b>



## 15. Partes relacionadas—Continuação

### c) Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos e a pagar--Continuação

	Saldo em 1º de abril de				Saldo em 31 de março de 2024
	2023	Deliberado	Retenção IRRF	Pagamento	
Dividendos da safra 20/21 (a) Açucareira Quatá S.A.	5.863	-	-	(5.863)	-
Dividendos da safra 21/22 (b) Açucareira Quatá S.A.	93.974	-	-	(87.356)	6.618
Juros sobre o capital próprio da safra 22/23 (c) Açucareira Quatá S.A.	66.300	-	-	(22.349)	43.951
Juros sobre o capital próprio da safra 23/24 (d) Açucareira Quatá S.A.	-	69.659	(10.449)	-	59.210
Juros sobre o capital próprio da safra 23/24 (e) Companhia Agrícola Quatá	-	2.250	(338)	(1.912)	-
Dividendos da safra 23/24 (f) Açucareira Quatá S.A.	-	52.884	-	-	52.884
Dividendos da safra 23/24 (g) Companhia Agrícola Quatá	-	22.907	-	-	22.907
	<b>166.137</b>	<b>147.700</b>	<b>(10.787)</b>	<b>(117.480)</b>	<b>185.570</b>
Total circulante	(114.192)				(167.038)
<b>Total não circulante</b>	<b>51.945</b>				<b>18.532</b>

- (a) Valor referente deliberação de pagamento de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 82.402 que foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária em julho de 2021, deliberado o pagamento em 24 parcelas no valor de R\$ 3.433. Durante a safra 21/22 foram pagos o valor de R\$ 30.901, durante a safra 22/23 foram pagos R\$ 40.638 e durante a safra 23/24 foram pagos R\$ 5.863.
- (b) Valor referente deliberação de pagamento de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 150.357 que foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária em julho de 2022, deliberado o pagamento em 24 parcelas no valor de R\$ 6.265. Durante a safra 22/23 foram pagos o valor de R\$ 56.383 e durante a safra 23/24 foram pagos R\$ 87.356 e durante a safra 24/25 foram pagos R\$ 6.618.
- (c) Valor referente deliberação de pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 78.000 que foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária em dezembro de 2022. Nos termos art. 9º, § 2º, Lei 9.249/95 os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de quinze por cento, na data do pagamento ou crédito ao beneficiário. Durante a safra 22/23 não foram pagos valores a título de juros sobre capital próprio. Na safra 23/24 foram pagos valores a título de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 22.349 e durante a safra 24/25 foram pagos R\$ 37.001.
- (d) Valor referente deliberação de pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 69.659 que foi aprovado em Conselho de Administração em dezembro de 2023 e março de 2024. Nos termos art. 9º, § 2º, Lei 9.249/95 os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de quinze por cento, na data do pagamento ou crédito ao beneficiário. Durante a safra 23/24 não foram pagos valores a título de juros sobre capital próprio, somente a retenção do IRRF no valor de R\$ 10.449. Na safra 24/25 foram pagos valores a título de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 47.628.
- (e) Valor referente deliberação de pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 2.250 que foi aprovado em Conselho de Administração em dezembro de 2023. Nos termos art. 9º, § 2º, Lei 9.249/95 os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de quinze por cento, na data do pagamento ou crédito ao beneficiário. Durante a safra 23/24 foram pagos valores a título de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 1.912.
- (f) Valor referente deliberação de pagamento de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 52.884 que foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária em julho de 2024, deliberado o pagamento em 24 parcelas. Durante a safra 24/25 foram pagos R\$ 11.683.
- (g) Valor referente deliberação de pagamento de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 22.907 que foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária em julho de 2024, deliberado o pagamento em 12 parcelas no valor de R\$ 1.909. Durante a safra 24/25 foram pagos R\$ 15.271.



## 15. Partes relacionadas—Continuação

### c) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio propostos e a pagar--Continuação

- (h) Valor referente deliberação de pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 30.000 que foi aprovado em Conselho de Administração em dezembro de 2024. Nos termos art. 9º, § 2º, Lei 9.249/95 os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de quinze por cento, na data do pagamento ou crédito ao beneficiário. Na safra 24/25 foram pagos retenção do IRRF no valor de R\$ 4.500 e valores a título de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 3.450.
- (i) Valor referente deliberação de pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 3.000 que foi aprovado em Conselho de Administração em dezembro de 2024. Nos termos art. 9º, § 2º, Lei 9.249/95 os juros ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de quinze por cento, na data do pagamento ou crédito ao beneficiário. Na safra 24/25 foram pagos retenção do IRRF no valor de R\$ 450 e valores a título de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 2.550.
- (j) Valor referente deliberação de pagamento de dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas no valor de R\$ 12.590 que será aprovado em Assembleia Geral.

## 16. Investimento

O Grupo registrou um resultado de R\$ 48.189 em 31 de março de 2025 (R\$ 46.965 em 31 de março de 2024) de equivalência patrimonial de sua coligada nas demonstrações financeiras combinadas.

Abaixo é apresentado os dados do investimento em 31 de março de 2025:

	<u>31/03/2025</u>
	<b>Copersucar S.A.</b>
Em sociedades coligadas:	
Ações/quotas possuídas	255.822.603
Percentual de participação	11,99%
Capital social	1.763.827
Patrimônio líquido	2.053.420
Lucro líquido do exercício	401.840
Movimentação dos investimentos:	
<b>Em 31 de março de 2024</b>	<b>254.405</b>
Ajustes de avaliação patrimonial em investidas	(23.338)
Perda na participação de investida	(5.655)
Reversão dividendos mínimos obrigatórios da safra 23/24	329
Dividendos recebidos da safra 23/24	(27.222)
Dividendos mínimos obrigatórios da safra 24/25	(458)
Participação nos resultados de coligadas	48.189
<b>Em 31 de março de 2025</b>	<b>246.250</b>

Abaixo a abertura dos saldos de ativo, passivo e resultado referente a março de 2025:

	<b>Copersucar S.A.</b>
Total do Ativo	16.126.617
Total do Passivo	(14.073.197)
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>2.053.420</b>
Receita operacional líquida em março/25	62.345.156
Lucro líquido do exercício em março/25	401.840



## 16. Investimento—Continuação

Abaixo é apresentado os dados do investimento em 31 de março de 2024:

	<u>31/03/2024</u>
	<b>Copersucar S.A.</b>
Em sociedades coligadas:	
Ações/quotas possuídas	255.822.603
Percentual de participação	12,33%
Capital social	1.726.880
Patrimônio líquido	2.048.934
Lucro líquido do exercício	280.633
Movimentação dos investimentos:	
<b>Em 31 de março de 2023</b>	<b>253.582</b>
Ajustes de avaliação patrimonial em investidas	9.725
Perda na participação de investida	(7.452)
Aumento de capital social	24.188
Dividendos propostos da safra 22/23	(72.274)
Dividendos mínimos obrigatórios da safra 23/24	(329)
Participação nos resultados de coligadas	46.965
<b>Em 31 de março de 2024</b>	<b>254.405</b>

Abaixo a abertura dos saldos de resultado referente a março de 2024:

	<b>Copersucar S.A.</b>
Total do Ativo	16.674.925
Total do Passivo	(14.625.991)
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>2.048.934</b>
Receita operacional líquida em março/24	59.022.582
Lucro líquido do exercício em março/24	280.633

### Informação sobre os investimentos na Copersucar S.A.

A Copersucar S.A., constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, tem a exclusividade na comercialização dos volumes de açúcar e etanol produzidos pelas unidades produtoras sócias e que inclui o Grupo, localizadas nos Estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Goiás, gerenciando todos os elos da cadeia de açúcar e etanol, desde o acompanhamento da safra no campo até os mercados finais, incluindo as etapas de armazenamento, de transporte e de comercialização.

Atualmente, membros da diretoria e do conselho de administração do Grupo, representam a AQ nas decisões das políticas operacionais, financeiras e estratégicas da Copersucar S.A., através da participação no Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês de Governança. Assim, o investimento na Copersucar S.A. é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial uma vez que o Grupo exerce influência significativa em sua administração.



## 17. Imobilizado

### a) Movimentação do ativo imobilizado

	Terras	Edifícios e construções	Benfeitorias	Maquinismos, instalações e equipamentos	Veículos, máquinas e implementos agrícolas	Móveis e utensílios	Outros	Obras em andamento	Lavoura de cana (planta portadora)	Total
<b>Em 1º de abril de 2023</b>	<b>806.649</b>	<b>179.115</b>	<b>21.065</b>	<b>589.101</b>	<b>162.045</b>	<b>4.040</b>	<b>44.193</b>	<b>632.610</b>	<b>447.326</b>	<b>2.886.144</b>
Aquisição	-	-	-	166	120.283	33	51.483	283.696	280.277	735.938
Baixas	-	(8)	-	(39.196)	(2.814)	(12)	(28)	(1.512)	-	(43.570)
Transferências	-	27.167	18.858	405.490	40.814	6.911	1.625	(500.865)	-	-
Realização de ajuste a valor presente	-	-	-	-	1.192	-	-	-	1.446	2.638
Variação cambial	(284)	162	(20)	(469)	-	(10)	(1)	(336)	-	(958)
Depreciação	-	(6.361)	(2.119)	(93.537)	(114.633)	(2.686)	(42.781)	-	(143.432)	(405.549)
<b>Em 31 de março de 2024</b>	<b>806.365</b>	<b>200.075</b>	<b>37.784</b>	<b>861.555</b>	<b>206.887</b>	<b>8.276</b>	<b>54.491</b>	<b>413.593</b>	<b>585.617</b>	<b>3.174.643</b>
Custo total	806.365	315.050	69.168	2.016.730	296.179	37.114	58.802	413.593	934.390	4.947.391
Depreciação acumulada	-	(114.975)	(31.384)	(1.155.175)	(89.292)	(28.838)	(4.311)	-	(348.773)	(1.772.748)
<b>Valor residual</b>	<b>806.365</b>	<b>200.075</b>	<b>37.784</b>	<b>861.555</b>	<b>206.887</b>	<b>8.276</b>	<b>54.491</b>	<b>413.593</b>	<b>585.617</b>	<b>3.174.643</b>
<b>Em 1º de abril de 2024</b>	<b>806.365</b>	<b>200.075</b>	<b>37.784</b>	<b>861.555</b>	<b>206.887</b>	<b>8.276</b>	<b>54.491</b>	<b>413.593</b>	<b>585.617</b>	<b>3.174.643</b>
Combinação de negócios USB (nota 37)	3.060	26.899	207	86.186	30.842	348	-	-	62.873	210.415
Aquisição	-	-	-	3.582	151.083	50	64.750	127.325	230.290	577.080
Baixas	(666)	(116)	-	(827)	(2.697)	(3)	(34)	-	(31)	(4.374)
Provisão perdas prováveis	-	-	-	(1.756)	(2.466)	(69)	(139)	-	-	(4.430)
Transferências	7.057	23.997	2.894	422.887	18.348	5.356	1.098	(481.637)	-	-
Variação cambial	362	678	161	18	-	95	1	17	-	1.332
Depreciação	-	(6.905)	(2.300)	(105.809)	(137.520)	(3.324)	(51.425)	-	(173.327)	(480.610)
<b>Em 31 de março de 2025</b>	<b>816.178</b>	<b>244.628</b>	<b>38.746</b>	<b>1.265.836</b>	<b>264.477</b>	<b>10.729</b>	<b>68.742</b>	<b>59.298</b>	<b>705.422</b>	<b>3.474.056</b>
Custo total	816.178	349.973	69.710	2.293.819	362.095	37.011	72.624	59.298	1.303.037	5.363.745
Depreciação acumulada	-	(105.345)	(30.964)	(1.027.983)	(97.618)	(26.282)	(3.882)	-	(597.615)	(1.889.689)
<b>Valor líquido</b>	<b>816.178</b>	<b>244.628</b>	<b>38.746</b>	<b>1.265.836</b>	<b>264.477</b>	<b>10.729</b>	<b>68.742</b>	<b>59.298</b>	<b>705.422</b>	<b>3.474.056</b>
<b>Valor Residual de:</b>										
Custo histórico	45.370	197.654	38.748	1.237.924	260.244	10.724	68.742	59.298	705.422	2.624.126
Mais-valia	770.808	46.974	(2)	27.912	4.233	5	-	-	-	849.930
	<b>816.178</b>	<b>244.628</b>	<b>38.746</b>	<b>1.265.836</b>	<b>264.477</b>	<b>10.729</b>	<b>68.742</b>	<b>59.298</b>	<b>705.422</b>	<b>3.474.056</b>
Valores dos bens em garantias (b)	309.479	2.307	-	8.622	7.432	-	-	-	-	327.840
Vida útil		de 30 a 50 anos	de 25 anos	de 3 a 20 anos	de 3 a 10 anos	de 3 a 20 anos	de 3 a 20 anos		de 5 a 6 anos	



## 17. Imobilizado—Continuação

Em 31 de março de 2025, o montante de obras em andamento foi de R\$ 59.298. Desse montante, foram aplicados R\$ 18.186 em modernização do parque industrial para o aumento de eficiência, R\$ 41.112 referem-se a equipamentos para expansão da co-geração de energia nas Usinas São José e Barra Grande. Durante o exercício findo em 31 de março de 2025 foi ativado o montante de R\$ 481.637 (R\$ 500.865 em 31 de março de 2024).

O Grupo capitalizou encargos financeiros no montante de R\$ 13.415 durante o exercício findo em 31 de março de 2025 (R\$ 26.878 em 31 de março de 2024).

### b) Garantia

Em 31 de março de 2025, bens com valor contábil de R\$ 327.840 (R\$ 330.286 em 31 de março de 2024), estavam sujeitos à fiança registrada para garantir empréstimos e financiamentos bancários e processos judiciais.

## 18. Direito de uso e passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando uma taxa nominal fixa baseada no endividamento do Grupo, equivalente a aproximadamente 100% do CDI futuro para os arrendamentos reconhecidos. Durante o exercício em 31 de março de 2025, as taxas de descontos aplicadas de acordo com a vigência contratual foram em média de 10,02%.

<b>Vigência dos contratos</b>	<b>Taxa CDI Futuro</b>
13 a 24 meses	9,13%
25 a 36 meses	9,29%
37 a 48 meses	9,52%
49 a 60 meses	9,82%
61 a 72 meses	10,02%
73 a 84 meses	10,18%
85 a 96 meses	10,31%
97 a 108 meses	10,40%
109 a 120 meses	10,46%
121 a 132 meses	10,50%
133 a 360 meses	10,54%
<b>Média total</b>	<b>10,02%</b>





## 18. Direito de uso e passivo de arrendamento—Continuação

A movimentação do direito de uso em 31 de março de 2025 e 2024 está demonstrada abaixo, respectivamente:

	31/03/2025		
	Terras	Demais Ativos	Total
<b>Ativo</b>			
<b>Saldo inicial em 1º abril de 2024</b>	<b>1.503.642</b>	<b>42.770</b>	<b>1.546.412</b>
Combinação de negócios USB (nota 37)	174.148	20.738	194.886
Amortização	(314.373)	(33.482)	(347.855)
Novos contratos e renovações	413.801	60.026	473.827
Baixas	(14.993)	-	(14.993)
Remensurações (i)	80.287	-	80.287
<b>Saldo final</b>	<b>1.842.512</b>	<b>90.052</b>	<b>1.932.564</b>

	31/03/2024		
	Terras	Demais Ativos	Total
<b>Ativo</b>			
<b>Saldo inicial em 31/03/2023</b>	<b>1.477.424</b>	<b>6.948</b>	<b>1.484.372</b>
Amortização	(303.236)	(16.124)	(319.360)
Novos contratos e renovações	330.537	51.946	382.483
Baixas	(13.274)	-	(13.274)
Remensurações (i)	12.191	-	12.191
<b>Saldo final</b>	<b>1.503.642</b>	<b>42.770</b>	<b>1.546.412</b>

A movimentação do passivo de arrendamento, durante o exercício findo em 31 de março de 2025 e 2024, foi a seguinte:

	31/03/2025		
	Terras	Demais Ativos	Total
<b>Passivo</b>			
<b>Saldo inicial em 1º abril de 2024</b>	<b>1.519.760</b>	<b>44.846</b>	<b>1.564.606</b>
Combinação de negócios USB (nota 37)	180.604	21.829	202.433
Amortização	(401.093)	(40.787)	(441.880)
Juros provisionados	107.893	9.508	117.401
Novos contratos e renovações	413.801	60.026	473.827
Baixas	(14.993)	-	(14.993)
Remensurações (i)	80.287	-	80.287
<b>Saldo final</b>	<b>1.886.259</b>	<b>95.422</b>	<b>1.981.681</b>
Passivo circulante	253.011	31.077	284.088
Passivo não circulante	1.633.248	64.345	1.697.593
	<b>1.886.259</b>	<b>95.422</b>	<b>1.981.681</b>



## 18. Direito de uso e passivo de arrendamento—Continuação

	31/03/2024		
	Terras	Demais Ativos	Total
<b>Passivo</b>			
<b>Saldo inicial em 31/03/2023</b>	<b>1.487.098</b>	<b>7.824</b>	<b>1.494.922</b>
Amortização	(377.775)	(32.831)	(410.606)
Juros provisionados	80.983	17.907	98.890
Novos contratos e renovações	330.537	51.946	382.483
Baixas	(13.274)	-	(13.274)
Remensurações (i)	12.191	-	12.191
<b>Saldo final</b>	<b>1.519.760</b>	<b>44.846</b>	<b>1.564.606</b>
Passivo circulante	229.690	21.615	251.305
Passivo não circulante	1.290.070	23.231	1.313.301
	<b>1.519.760</b>	<b>44.846</b>	<b>1.564.606</b>

- (i) Atualização do índice de correção composto, substancialmente, pela variação do preço da CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana de Açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo) aplicado nos contratos de arrendamento e parceria agrícola, aplicável anualmente

Os saldos estimados de arrendamento a pagar e parceria agrícola a pagar no longo prazo tem a seguinte composição de vencimento:

	31/03/2025	31/03/2024
De 01/04/2025 a 31/03/2026	284.088	251.305
De 01/04/2026 a 31/03/2027	259.984	241.364
De 01/04/2027 a 31/03/2028	238.819	207.326
De 01/04/2028 a 31/03/2029	198.799	180.759
De 01/04/2029 a 31/03/2030	180.773	148.410
Apartir de 01/04/2030	819.218	535.442
	<b>1.981.681</b>	<b>1.564.606</b>

## 19. Intangível

	Marcas e patentes	Desenvolvimento de produtos	Licenças de software	Ágio	Ativo de contratos	Outros	Total
<b>Em 1º de abril de 2023</b>	9.993	80	14.410	-	-	-	24.483
Adições	-	-	9.748	-	-	2.600	12.348
Transferências	-	-	(13.250)	-	-	13.250	-
Variação cambial	-	(2)	(2)	-	-	-	(4)
Amortização	-	(55)	(2.544)	-	-	-	(2.599)
<b>Em 31 de março de 2024</b>	<b>9.993</b>	<b>23</b>	<b>8.362</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>15.850</b>	<b>34.228</b>
Custo	9.993	46.110	41.647	-	-	23.721	121.471
Amortização acumulada	-	(46.087)	(33.285)	-	-	(7.871)	(87.243)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>9.993</b>	<b>23</b>	<b>8.362</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>15.850</b>	<b>34.228</b>
<b>Em 1º de abril de 2024</b>	<b>9.993</b>	<b>23</b>	<b>8.362</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>15.850</b>	<b>34.228</b>
Combinação de negócios (nota 37)	-	-	86	308.652	22.190	-	330.928
Adições	67	-	2.036	-	-	-	2.103
Variação cambial	-	2	10	-	-	-	12
Amortização	-	(25)	(2.580)	-	-	(1.335)	(3.940)
<b>Em 31 de março de 2025</b>	<b>10.060</b>	<b>-</b>	<b>7.914</b>	<b>308.652</b>	<b>22.190</b>	<b>14.515</b>	<b>363.331</b>
Custo	10.060	52.995	38.799	308.652	22.190	15.850	448.546
Amortização acumulada	-	(52.995)	(30.885)	-	-	(1.335)	(85.215)
<b>Saldo contábil líquido</b>	<b>10.060</b>	<b>-</b>	<b>7.914</b>	<b>308.652</b>	<b>22.190</b>	<b>14.515</b>	<b>363.331</b>



## 19. Intangível—Continuação

### Ágio – Combinação de negócios USB

De acordo com CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos, o ágio (*goodwill*), deve ser submetido para teste de perda no valor recuperável pelo menos uma vez ao ano ou quando houver indícios de perda de valor. O teste anual de perda no valor recuperável (*impairment*) é realizado no final do mês de março de cada ano safra. No teste, os ativos foram agrupados em uma única Unidade Geradora de Caixa “UGC” que corresponde ao menor grupo de ativos geradores de fluxos de caixa independentes.

Em 31 de março de 2025 o valor em uso foi determinado por modelos de fluxos de caixa descontados a valor presente, baseados em orçamento financeiro para Safra 2025/2026 aprovado pelo Conselho de Administração e pelas projeções dos orçamentos financeiros para as próximas quatro safras (com base no Planejamento Estratégico), acumulando o período de cinco anos safras, acrescidos de perpetuidade, considerando as informações disponíveis no momento do cálculo.

As principais premissas utilizadas nas projeções são:

	<u>31/03/2025</u>
Taxa média de crescimento da receita operacional	6,3%
Taxa de crescimento nominal na perpetuidade	3,5%
Taxa de desconto nominal (WACC)	10,43%

Assim, não foram identificadas perdas por *impairment* no exercício findo de 31 de março de 2025, bem como os cálculos realizados pela administração demonstram que não é provável a apuração de perdas por *impairment* dado o valor em uso ser superior ao valor contábil nestas datas.

## 20. Fornecedores

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Fornecedores de cana-de-açúcar	141.699	81.566
Fornecedores de bens e serviços	198.095	231.822
	<u><b>339.794</b></u>	<u><b>313.388</b></u>



## 21. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Taxa média ponderada (% ao ano)	Indexador	31/03/2025	31/03/2024
<b>Empréstimos e financiamentos</b>				
Moeda nacional:				
Linha do BNDES	10,95	PRÉ	1.815	6.057
Linha do BNDES (vi)	6,33	IPCA+ (TLP)	82.549	99.652
FINAME	3,37	SELIC+	26.666	-
FINEP	1,00	TJLP	42.393	51.918
Crédito rural	1,97	CDI+	348.942	209.827
Capital de giro (i)	2,01	CDI+	457.308	1.058.255
CRA (ii)	-	CDI+	-	181.810
CRA (ii)	6,98	IPCA+	578.974	541.285
CRA (iii)	5,88	CDI+	159.766	-
Debêntures (iv)	7,88	IPCA+	1.642.727	1.023.513
Debentures (v)	1,20	CDI+	411.294	-
Aquisição de cota "FIDC" (vii)	14,50	CDI+	-	57.794
			<b>3.752.434</b>	<b>3.230.111</b>
Moeda estrangeira - USD/EURO:				
Pré-pagamento de exportação (USD)	-	Var. cambial + LIBOR	-	24.865
Pré-pagamento de exportação (EUR)	-	Var. cambial + EURIBOR	-	99.715
Empréstimo externo (EUR)	0,95	Var. cambial + EURIBOR	43.141	24.013
			<b>43.141</b>	<b>148.593</b>
<b>Financiamentos - Cooperativa</b>				
Moeda nacional:				
Letra de câmbio	4,44	PRÉ	56.051	46.737
			<b>56.051</b>	<b>46.737</b>
			<b>3.851.626</b>	<b>3.425.441</b>
Circulante			427.013	933.726
Não circulante			<b>3.424.613</b>	<b>2.491.715</b>

(i) Capital de Giro

A Açucareira Quatá S.A assinou em 25 de fevereiro de 2019 a proposta para estruturação de financiamento sindicalizado junto ao Banco Itaú BBA S.A. e ao Banco Rabobank International Brasil S.A. coordenadores e estruturadores da operação sindicalizada das seguintes instituições: i) Banco Itaú BBA S.A.; ii) Banco Rabobank International Brasil S.A.; iii) Banco BTG Pactual S.A. e iv) Banco do Brasil S.A., através da celebração de contrato de abertura de crédito e outras avenças em 13 de junho de 2019, prevendo a participação no montante de R\$ 140.000 por participante, totalizando R\$ 560.000, por meio de emissão de Cédulas de Crédito à Exportação (CCE), com vencimentos semestrais, sendo, o primeiro vencimento de principal para o dia 20 de abril de 2021. O saldo referente ao financiamento sindicalizado de R\$ 136.079 foi liquidado em fevereiro de 2025.

O montante de R\$ 457.308 (R\$ 877.946 março de 2024) refere-se a capital de giro para NCE – Nota de Crédito de Exportação.

(ii) CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio

A Açucareira Quatá S.A. captou de recursos por meio da emissão de Cédula de Produto Rural Financeira pela Açucareira Quatá S.A., no montante total de R\$ 600.000 em favor da True Securitizadora S.A. ("Securitizadora"), para ser utilizada como lastro para a emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), no montante de R\$ 600.000, pela Securitizadora e coordenados por, Itaú BBA S.A. na qualidade de coordenador líder, XP Investimentos Corretora de Câmbios, Títulos e Valores Mobiliários S.A e Banco Rabobank International Brasil S.A. cuja a emissão foi em 14 de novembro de 2019. A remuneração do CRA é de 100% do CDI acrescido de sobretaxa de 2,5% ao ano, com pagamentos semestrais de juros a partir de 09 de outubro de 2020 e sete amortizações semestrais a partir de 13 de outubro de 2021. Em setembro de 2024 houve a liquidação total do CRA.

Durante a Safra 21/22 a Açucareira Quatá S.A. captou recursos por meio da emissão de Cédula de Produto Rural Financeira no montante total de R\$ 480.000 em favor da True Securitizadora S.A. ("Securitizadora"), para ser utilizada como lastro para a emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), no montante de R\$ 480.000, pela Securitizadora e coordenados por XP Investimentos Corretora de Câmbios, Títulos e Valores Mobiliários S.A. na qualidade de coordenador líder, Banco BTG Pactual S.A. e Banco Itaú BBA S.A., cuja a liquidação foi realizada em 23 de novembro de 2021. A remuneração do CRA é de 6,9849% a.a., acrescido de atualização monetária pelo IPCA, com pagamentos semestrais de juros a partir de 18 de abril de 2022 e amortização em parcela única em de 15 de outubro de 2026.



## 21. Empréstimos, financiamentos e debêntures—Continuação

### (iii) CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio (USB)

Emitida em 17 de novembro de 2023, contrato de coordenação, colocação e distribuição pública de certificados de recebíveis do agronegócio, sob o regime misto de garantia firme e de melhores esforços de colocação, da 1ª, 2ª e 3ª séries da 77ª (septuagésima sétima) emissão da True Securitizadora S.A. ("Securitizadora"), lastreados em direitos creditórios do agronegócio devidos pela Salto Botelho Agroenergia S.A. (USB) foram emitidas 176.000 (cento e setenta e seis mil) Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), com valor unitário de R\$ 1 (um mil reais), totalizando R\$ 176.000 (cento e setenta e seis milhões de reais). O CRA terá vigência de 5 anos contados da data de liquidação, ocorrida em 01/12/2023, sem carência e remuneração da 1ª série 100% CDI + 5% a.a. com vencimento em 20/08/2027, 2ª série 100% CDI + 6% a.a. com vencimento em 21/08/2028 e 3ª série 100% CDI + 6% a.a. com vencimento em 20/12/2028.

Emitida em 17 de novembro de 2023, contrato de coordenação, colocação e distribuição pública de certificados de recebíveis do agronegócio, sob o regime misto de garantia firme e de melhores esforços de colocação, da série única da 81ª (octogésima primeira) emissão da True Securitizadora S.A. ("Securitizadora"), lastreados em direitos creditórios do agronegócio devidos pela Salto Botelho Agroenergia S.A. (USB) foram emitidas 24 (vinte e quatro mil) CRA, com valor unitário de R\$ 1 (um mil reais), totalizando R\$ 24.000 (vinte e quatro milhões de reais). O CRA terá vigência de 5 anos contados da data de liquidação, ocorrida em 04/12/2023, sem carência e remuneração 1ª série 100% CDI + 8,0062% a.a.

### (iv) Debêntures

#### *Emissão 2ª debêntures*

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de novembro de 2020, foi aprovada a emissão da 2ª debênture simples do grupo para manutenção da produção de cana-de-açúcar relativas as safras 2019/2020 2020/2021 e 2021/2022. Em janeiro de 2021 o grupo encerrou a emissão da 2ª debênture simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia Fidejussória, realizada em consonância com a Instrução nº 476 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476" e "Oferta Restrita", respectivamente). As Debêntures são incentivadas e contarão com o benefício tributário nos termos do artigo 2º da Lei no 12.431, de 24 de junho de 2011 ("Lei 12.431/11") e, conseqüentemente, também gozarão do tratamento tributário previsto no artigo 1º da referida lei. O montante bruto da emissão é de R\$ 201.830, remunerada com taxa contratual de 7,2094% a.a. com prazo de vencimento de 5 (cinco) anos contados da data de emissão, vencendo em 15 de novembro de 2025. Os recursos serão direcionados para manutenção da produção de cana-de-açúcar relativas as safras 19/20 20/21 e 21/22 destinada a produção de Etanol nas Unidades Barra Grande, São Jose e Quatá todas no estado de São Paulo.

#### *Emissão 3ª debêntures*

A diretoria do grupo aprovou, por meio de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, a 3ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia Fidejussória, do grupo, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009 ("Emissão"). Foram emitidas 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil) de Debêntures, com valor unitário de R\$ 1 (um mil reais), totalizando na Data de Emissão o valor de R\$ 450.000 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais) as Debêntures foram emitidas em 10 de agosto de 2022 terão prazo de vigência de doze anos contados da Data de Emissão, com a amortização a partir do 4º ano, com remuneração de 100% do IPCA + 7,8722% a.a. Concomitantemente à liquidação da debênture foi contratado um swap de fluxo de caixa, convertendo a exposição desta operação para CDI+ 0,09% a.a.

#### *Emissão 4ª debêntures*

A diretoria do grupo aprovou, por meio de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, a 4ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia Fidejussória, do grupo, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009 ("Emissão"). Foram emitidas 300.000 (trezentos mil) de Debêntures, com valor unitário de R\$ 1 (um mil reais), totalizando na Data de Emissão o valor de R\$ 300.000 (trezentos milhões de reais). As Debêntures foram emitidas em 22 de dezembro de 2023. As Debêntures terão prazo de vigência de sete anos contados da data de emissão, com a amortização a partir do 4º ano, com remuneração de 100% do IPCA + 7,31% a.a. Concomitantemente à liquidação da debênture foi contratado um swap de fluxo de caixa, convertendo a exposição desta operação para CDI+ 1,70% a.a.

#### *Emissão 5ª debêntures*

A diretoria do grupo aprovou, por meio de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, a 5ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia Fidejussória, do grupo, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009 ("Emissão"). Foram emitidas 300.000 (trezentos mil) de Debêntures, com valor unitário de R\$ 1 (um mil reais), totalizando na Data de Emissão o valor de R\$ 300.000 (trezentos milhões de reais). As Debêntures foram emitidas em 31 de maio de 2024. As Debêntures terão prazo de vigência de sete anos contados da data de emissão, com a amortização a partir do 4º ano, com remuneração de 100% do IPCA + 7,25% a.a. Concomitantemente à liquidação da debênture foi contratado um swap de fluxo de caixa, convertendo a exposição desta operação para CDI+ 1,40% a.a.

#### *Emissão 6ª debêntures*

A diretoria do grupo aprovou, por meio de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, a 6ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia Fidejussória, do grupo, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009 ("Emissão"). Foram emitidas 500.000 (quinhentos mil) de Debêntures, com valor unitário de R\$ 1 (um mil reais), totalizando na Data de Emissão o valor de R\$ 500.000 (quinhentos milhões de reais). As Debêntures foram emitidas em 10 de dezembro de 2024. As Debêntures terão prazo de vigência de oito anos contados da data de emissão, com a amortização a partir do 6º ano, com remuneração de 100% do IPCA + 8,63% a.a. Concomitantemente à liquidação da debênture foi contratado um swap de fluxo de caixa, convertendo a exposição desta operação para CDI+ 1,45% a.a.

### (v) Debênture verde

#### *Emissão 7ª debêntures*

A diretoria do grupo aprovou, por meio de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, a 7ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia Fidejussória, do grupo, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009 ("Emissão"). Foram emitidas 400.000 (quatrocentos mil) de Debêntures, com valor unitário de R\$ 1 (um mil reais), totalizando na Data de Emissão o valor de R\$ 400.000 (quatrocentos milhões de reais). As Debêntures foram emitidas em 17 de dezembro de 2024. As Debêntures terão prazo de vigência de oito anos contados da data de emissão, com a amortização a partir do 6º ano. Concomitantemente à liquidação da debênture foi contratado um swap de fluxo de caixa, convertendo a exposição desta operação para CDI+ 1,20% a.a. Essa debênture foi o primeiro título verde do grupo onde os recursos serão alocados para refinar projetos em gestão ambientalmente sustentável de recursos naturais e uso da terra, energia renovável e eficiência energética, apoiando os objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS). Essa iniciativa reflete o compromisso do grupo com práticas sustentáveis e sua visão de futuro responsável e inovador, alinhada aos pilares ESG.



## 21. Empréstimos, financiamentos e debêntures—Continuação

(vi) Linha do BNDES

A Açucareira Quatá S.A. formalizou contrato em 06 de janeiro de 2022 no montante de R\$ 100.000, junto ao BNDES no âmbito do programa Renovabio. A remuneração junto ao BNDES é IPCA acrescido de sobretaxa de 6,33% ao ano, com amortização do principal iniciando-se em 15 de fevereiro de 2024 e encerrando em 15 de janeiro de 2030. O programa Renovabio é voltado para estimular boas práticas ambientais, sociais e de governança (ESG), tendo o objetivo de apoiar o desenvolvimento do setor de biocombustíveis, e conta com incentivo para o aumento de eficiência produtiva e ambiental.

(vii) FIDC

A Açucareira Quatá S.A. lançou o Programa de Financiamento de Parceiros Agrícolas, que visa facilitar o acesso ao crédito para financiamento das atividades dos Parceiros Agrícolas, por meio de estruturação de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), no montante de R\$ 120.000 milhões. Em 01 de junho de 2021, a Açucareira Quatá S.A. assinou (i) Termo de Adesão ao Regulamento do fundo exclusivo Produtores Rurais *Receivables* e ii) Boletim de Subscrição de Cotas da 1ª Emissão de Cotas do FIDC Produtores Rurais Subordinadas *Receivables*, cuja integralização de recursos ocorreu em 01 de junho de 2021 com o apoio do BTG Pactual Asset (gestor, administrador e custodiante). O Fundo foi estruturado tendo como cotistas inicialmente a Açucareira Quatá S.A. que participa com cota subordinada, correspondendo a 35% do fundo, bem como o Banco BTG Pactual S/A, que participam com cotas mezanino e sênior, correspondendo a 15% e 50% do fundo, respectivamente, sendo o BTG Pactual S/A responsável por essas referidas cotas, no montante atualizado de R\$ 46.632 em 30 de setembro de 2024, conforme patrimônio líquido do fundo.

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	31/03/2025	31/03/2024
De 13 a 24 meses	919.505	627.824
De 25 a 36 meses	461.698	834.963
De 37 a 48 meses	383.932	310.585
De 49 a 60 meses	275.566	233.110
De 61 a 72 meses	546.680	146.674
De 73 a 84 meses	362.719	127.430
De 85 a 96 meses	362.562	52.283
Apartir de 97 meses	111.951	158.846
	<b>3.424.613</b>	<b>2.491.715</b>

As linhas de empréstimos, financiamentos e debêntures possuem, ainda, avais de companhias ligadas, fiança bancária para operações BNDES, FINEP e COPERSUCAR, e alienação fiduciária de bens.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures possuem as seguintes movimentações durante o exercício encerrado em março de 2025 e 2024:

	Saldo inicial em 1º de abril de 2024	Combinação de negócios USB	Liberações	Pagamentos Principal	Pagamento de Juros	Apropriação de encargos financeiros	Variação cambial	Saldo final em 31 de março de 2025
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.320.910	191.311	1.432.942	(1.282.673)	(326.026)	442.624	16.487	3.795.575
Financiamentos - Cooperativa	46.737	-	693.364	(684.050)	(2.240)	2.240	-	56.051
FIDC	57.794	-	-	(57.794)	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>3.425.441</b>	<b>191.311</b>	<b>2.126.306</b>	<b>(2.024.517)</b>	<b>(328.266)</b>	<b>444.864</b>	<b>16.487</b>	<b>3.851.626</b>

### a) Obrigações contratuais

O Grupo possui algumas obrigações contratuais, como manutenção de certos índices financeiros, operacionais e de performance financeira (i), apresentação das demonstrações financeiras combinadas auditadas com parecer do auditor independente sem ressalvas e limitações na realização de operações relativas à cisão, incorporação e fusão das companhias combinadas e manutenção de certos índices financeiros, operacionais e de performance financeira i) razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA Ajustado combinado Zilor; ii) Liquidez Corrente (Ativo Circulante/Passivo circulante sem considerar o Ativo Biológico); iii) razão entre a Dívida Líquida e o Patrimônio Líquido. Todas essas obrigações decorrentes as cláusulas dos *covenants* referentes à emissão dos CRA e Debêntures Incentivadas com colocação restrita que possuem exigências financeiras que estão sendo cumpridas.



## 21. Empréstimos, financiamentos e debêntures—Continuação

### b) Juros provisionados, juros pagos e taxa média ponderada

A taxa média ponderada sobre a totalidade dos empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de março de 2025 foi de 14,34% a.a. equivalente à CDI +0,17% (12,12% a.a. equivalente à CDI +1,33% em março de 2024). Os juros totais provisionados sobre os empréstimos e financiamentos foram de R\$ 389.878 (R\$ 389.878 em março de 2024) (nota explicativa 32).

Os juros efetivamente pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures foram de R\$ 328.266 (R\$ 375.122 em março de 2024), sem considerar os juros financeiros ativos sobre as aplicações financeiras no valor de R\$ 177.417 (R\$ 167.565 em março de 2024) (nota explicativa 31). Considerando uma base de caixa líquida, o custo financeiro sobre os empréstimos, financiamentos e debêntures foi de R\$ 150.849 (R\$ 207.557 em março de 2024).

### c) Variação cambial

A gestão financeira da diretoria para eliminar riscos de exposição cambial, fruto do fluxo de caixa advindo dos efetivos recebíveis e das estimativas de exportação da unidade de negócio Biorigin, privilegia financiamentos mantidos em moeda estrangeira cuja gestão diária proporciona uma espécie de *hedge* natural. A variação cambial de financiamento contabilizada contra o resultado neste exercício, no valor de R\$ 16.487 resultou em uma diminuição em 31 de março de 2025 do endividamento neste mesmo montante, sendo uma despesa que não gera efeito caixa.

## 22. Tributos parcelados

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e		
CSLL - Contribuição Social sobre Lucro Líquido	1.221	11.419
INSS – Salário educação	1.397	1.848
Outros tributos	292	654
	<b>2.910</b>	<b>13.921</b>
(-) Tributos Parcelados - Circulante	1.146	11.934
<b>Não circulante</b>	<b>1.764</b>	<b>1.987</b>



## 23. Obrigações com a Cooperativa

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Letra de câmbio (iii)	140.359	127.889
Parcelamento Lei 11.941/2009 - Arrepar (ii)	-	4.684
Parcelamento Lei 11.941/2009 - Cooperativa (i)	-	25.592
<b>Obrigações com a Cooperativa</b>	<b>140.359</b>	<b>158.165</b>
Circulante	-	30.276
<b>Não circulante</b>	<b>140.359</b>	<b>127.889</b>

### (i) Parcelamento Lei 11.941/2009 - Cooperativa

A Açucareira Quatá S.A. reconheceu em seu passivo a obrigação fiscal assumida através da Cooperativa, pela consolidação da adesão ao parcelamento da Lei 11.941/2009, homologada pela RFB - Receita Federal do Brasil em junho de 2011. Os valores foram liquidados durante o exercício findo em 31 de março de 2025.

### (ii) Parcelamento Lei 11.941/2009 - Arrepar

Refere-se ao parcelamento do auto de infração lavrado pela RFB relativo à cobrança de imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido, por suposto ganho de capital contra a Açucareira Quatá S.A. denominada 1770 Participações S.A. que foi incorporada pela empresa Arrepar Participações S.A., uma controlada da Cooperativa. A Cooperativa, na qualidade de controladora da Arrepar Participações S.A., devendo prover os recursos necessários para que esta pudesse fazer face ao débito, emitiu um Termo de Ratificação de Obrigações e Outras Avenças que foi assinado pela Cooperativa, cooperados e ex-cooperados em 28 de fevereiro de 2012, objetivando contrapor a obrigação na proporção da respectiva participação nas operações sociais de cada cooperado na Cooperativa. Os valores foram liquidados durante o exercício findo em 31 de março de 2025.

### (iii) Letra de câmbio

Corresponde a recursos disponibilizados aos cooperados para financiamento de suas operações, por meio de sobra de caixa obtido através de liminares em processos judiciais que pleiteiam a suspensão de exigibilidades, venda de ativos imobilizados e investimentos. Os valores são corrigidos mensalmente pela taxa SELIC e os juros auferidos não são exigíveis no curto prazo.

## 24. Salários e contribuições sociais

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
Remuneração variável – Plano de participação nos resultados	54.173	43.278
Provisão de férias, 13ª salário e encargos	37.796	31.332
Contribuição social com empregados	14.860	14.460
Salários e ordenados	17.201	15.161
Outras contribuições	1.684	892
	<b>125.714</b>	<b>105.123</b>





## 25. Outros passivos

	31/03/2025	31/03/2024
Adiantamento de venda (i)	66.500	-
Adiantamento de cliente	29.752	4.758
Outras contas a pagar	26.568	26.391
	<b>122.820</b>	<b>31.149</b>

(i) Adiantamento referente a parceria estratégica junto ao *Grpue Lesaffre S.A.*, sobre a venda de 70% da Biorigin. Os detalhes da operação estão descritos na nota 39.

## 26. Provisões

	1º de abril de 2024	Adições	Reversões	Utilizações	Atualização monetária	31 de março de 2025
Tributárias	803.735	4.625	(1.013)	(1.286)	1.178	807.239
Cíveis e ambientais	6.197	222	(1.548)	(852)	451	4.470
Trabalhistas	27.670	15.901	(10.735)	(8.576)	1.950	26.210
<b>Total de passivos contingentes</b>	<b>837.602</b>	<b>20.748</b>	<b>(13.296)</b>	<b>(10.714)</b>	<b>3.579</b>	<b>837.919</b>

Na linha tributárias está sendo considerado ações indenizatórias do IAA no montante de R\$ 788.431 em março de 2025 (R\$ 787.431 em março de 2024).

O Grupo possui também outras contingências passivas envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas de risco possível e cujas eventuais perdas financeiras foram mensuradas no montante de R\$ 590.759 em março de 2025 (R\$ 693.560 em março de 2024). Além desses, existem outros processos que foram mensurados como remotos. Em ambos os casos, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras combinadas. Adicionalmente, determinados contratos com assessores jurídicos, que defendem o Grupo nesses processos, preveem honorários que somente serão devidos quando do êxito da ação em favor do Grupo, mediante percentuais sobre as causas, conforme previstos em contratos.

Do montante apresentado de contingências passivas, com risco possível de perda, destaca-se o processo de debêntures que resultou em dois autos de infração, em resumo, a Açucareira Quatá S.A. obteve insumos (cana-de-açúcar) da Companhia Agrícola Quatá e registrou os valores a pagar, fato que acarretou o acúmulo de dívidas. Em dezembro de 2002, os créditos associados a tais dívidas foram utilizados para a subscrição de debêntures, a fim de conferir maior liquidez para o credor, bem como remuneração considerada mais adequada. No ano de 2012, teve início uma fiscalização, a qual resultou em autuações sobre os anos de 2009 a 2012, tendo em vista a glosa das despesas com a emissão de debêntures. São dois autos de infração que atualizados somam R\$ 373.235, sendo os principais processos divulgados.

Além desses, existem outros processos que foram mensurados como remotos. Em ambos os casos, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações financeiras combinadas. Adicionalmente, determinados contratos com assessores jurídicos, que defendem o Grupo e suas controladas nesses processos, preveem honorários que somente serão devidos quando do êxito da ação em favor da do Grupo, mediante percentuais sobre as causas, conforme previstos em contratos.



## 27. Instrumentos financeiros

### a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

				31/03/2025
	Valor contábil		Total	Hierarquia do valor justo
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado		Nível 2
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>				
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações Financeiras	1.928.635	-	1.928.635	1.928.635
Instrumentos financeiros derivativos	6075	-	6.075	6.075
<b>Total</b>	<b>1.934.710</b>	<b>-</b>	<b>1.934.710</b>	<b>1.934.710</b>
<b>Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	-	168.091	168.091	168.091
Contas a receber de clientes	-	149.404	149.404	149.404
Contas correntes - Cooperativa	-	69.727	69.727	69.727
Dividendos a receber	-	458	458	458
Mútuo financeiro	-	636	636	636
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>388.316</b>	<b>388.316</b>	<b>388.316</b>
<b>Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>				
Fornecedores	-	339.794	339.794	339.794
Instrumentos financeiros derivativos	-	32.916	32.916	32.916
Empréstimos e financiamentos	-	3.851.626	3.851.626	3.851.626
Obrigações com a Cooperativa	-	140.359	140.359	140.359
Outros passivos	-	122.820	122.820	122.820
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	102.009	102.009	102.009
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>4.589.524</b>	<b>4.589.524</b>	<b>4.589.524</b>



## 27. Instrumentos financeiros—Continuação

### a) Classificação contábil e valores justos--Continuação

	31/03/2024			Hierarquia do valor justo
	Valor contábil			
	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Total	
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>				
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações Financeiras	2.346.374	-	2.346.374	2.346.374
Instrumentos financeiros derivativos	2.948	-	2.948	2.948
<b>Total</b>	<b>2.349.322</b>	<b>-</b>	<b>2.349.322</b>	<b>2.349.322</b>
<b>Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	-	68.735	68.735	68.735
Contas a receber de clientes	-	107.823	107.823	107.823
Contas correntes - Cooperativa	-	52.613	52.613	52.613
Dividendos a receber	-	329	329	329
Mútuo financeiro	-	939	939	939
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>230.439</b>	<b>230.439</b>	<b>230.439</b>
<b>Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>				
Fornecedores	-	313.388	313.388	313.388
Instrumentos financeiros derivativos	-	757	757	757
Empréstimos e financiamentos	-	3.425.441	3.425.441	3.425.441
Obrigações com a Cooperativa	-	158.165	158.165	158.165
Outras contas a pagar	-	31.149	31.149	31.149
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	162.663	162.663	162.663
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>4.091.563</b>	<b>4.091.563</b>	<b>4.091.563</b>

### b) Gerenciamento dos riscos financeiros

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco de taxa de câmbio; e
- Risco de taxa de juros

#### i) *Estrutura de gerenciamento de risco*

O Conselho de Administração estabeleceu o Comitê de Finanças, Auditoria e Risco ("CFAR"), que é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco do Grupo. O Comitê reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre suas atividades.



## 27. Instrumentos financeiros—Continuação

### b) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

#### i) *Estrutura de gerenciamento de risco--Continuação*

O Grupo tem a responsabilidade global sobre a gestão sobre o sistema de risco elaborando, acompanhando e controlando planos de ação que visa eliminação, mitigação e monitoramento de riscos do grupo.

Em outubro de 2021 o Grupo criou uma área especializada em controles internos com o objetivo de salvaguardar seu patrimônio, conferir exatidão e fidedignidade aos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a obediência às diretrizes traçadas pela diretoria do Grupo. Além da área de controles internos, o Grupo contratou uma auditoria de renome para assessorar o conselho com uma auditoria interna. Por fim, foi criada uma área de gestão riscos para poder mapear e organizar planos de ação para mitigar os mesmos.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os empregados tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

#### ii) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes relacionadas ao negócio Biorigin e de instrumentos financeiros do Grupo. A comercialização de açúcar e etanol é realizada por meio da Cooperativa sem indícios para risco de crédito.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.



## 27. Instrumentos financeiros—Continuação

### b) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

#### ii) *Risco de crédito*--Continuação

##### Contas a receber e ativos de contrato

A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a diretoria também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera.

O conselho de Administração do Grupo estabeleceu uma política de crédito, constantemente monitorado pelo Comitê de Finanças, Auditoria e Risco, na qual cada novo clientes é analisado individualmente quando à sua condição financeira antes do grupo apresentar uma proposta de limite de crédito e termos de pagamento. A revisão efetuada pelo grupo inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras individuais e consolidadas, informações de agências de crédito, informações da indústria, e, em alguns casos, referências bancárias.

Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e são revisados trimestralmente. Vendas que eventualmente excedam esses limites exigem aprovação do Comitê.

O Grupo limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de 12 meses para clientes individuais e corporativos, respectivamente.

O Grupo não exige garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis.

O Grupo não tem contas a receber de clientes e ativos de contrato para os quais nenhuma provisão de perda é reconhecida por causa da garantia.

O Grupo utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes individuais, consistindo em um grande número de pequenos saldos.

As taxas de perda são calculadas por meio do uso do método de 'rolagem' com base na probabilidade de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplemento até a baixa completa.

Essas taxas foram multiplicadas por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o exercício em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão do Grupo sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis.



## 27. Instrumentos financeiros—Continuação

### b) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

#### iii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo.

O Grupo busca manter o nível de seu 'Caixa e equivalentes de caixa' e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros (exceto 'Fornecedores') para os próximos 60 dias. O Grupo monitora também o nível esperado de entradas de caixa provenientes do 'Contas a receber de clientes e outros recebíveis' em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à 'Fornecedores e outras contas a pagar'.

#### Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

	31/03/2025						
	Valor contábil	Valor total de fluxos de caixa	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais do que 5 anos
<b>Passivos</b>							
Fornecedores	339.794	339.794	169.897	169.897	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	3.851.626	3.851.626	213.507	213.506	919.505	1.121.196	1.383.912
Instrumentos financeiros derivativos	32.916	32.916	16.458	16.458	-	-	-
Obrigações com a Cooperativa	140.359	140.359	-	-	-	-	140.359
Outros passivos	122.820	122.820	61.410	61.410	-	-	-
	<b>4.487.515</b>	<b>4.487.515</b>	<b>461.272</b>	<b>461.271</b>	<b>919.505</b>	<b>1.121.196</b>	<b>1.524.271</b>

	31/03/2024						
	Valor contábil	Valor total de fluxos de caixa	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais do que 5 anos
<b>Passivos</b>							
Fornecedores	313.388	313.388	156.694	156.694	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	3.425.441	2.807.501	456.319	362.003	668.089	1.321.090	-
Instrumentos financeiros derivativos	757	757	379	378	-	-	-
Obrigações com a Cooperativa	158.165	158.165	15.138	15.138	30.276	60.552	37.061
Outros passivos	31.149	31.149	15.575	15.574	-	-	-
	<b>3.928.900</b>	<b>3.310.960</b>	<b>644.105</b>	<b>549.787</b>	<b>698.365</b>	<b>1.381.642</b>	<b>37.061</b>

Os fluxos divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os que têm liquidação simultânea bruta.



## 27. Instrumentos financeiros—Continuação

### b) Gerenciamento dos riscos financeiros—Continuação

#### iv) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

O Grupo utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração do Grupo e constantemente monitoradas pelo Comitê de Finanças, Auditoria e Risco.

#### v) *Risco cambial*

O Grupo está exposto ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras, recebíveis e empréstimos são denominados, e as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo. As moedas funcionais do Grupo são principalmente o Real (R\$), o Dólar Norte-Americano (USD) e o Euro (€).

#### Exposição ao risco cambial

Um resumo da exposição a risco cambial do Grupo, conforme reportado está apresentado abaixo:

Nota	31/03/2025		31/03/2024	
	Atrelado ao USD	Atrelado ao Euro	Atrelado ao USD	Atrelado ao Euro
Caixa e equivalentes de caixa	8.793	8.853	1.304	62
Clientes a receber	6.964	13.190	4.807	9.128
Fornecedores	(5.821)	(440)	(5.821)	(482)
Empréstimos e financiamentos	-	(6.959)	(4.977)	(22.922)
Instrumentos financeiros derivativos NDF "Venda"	8.300	9.600	16.050	17.235
<b>Exposição líquida</b>	<b>18.236</b>	<b>24.244</b>	<b>11.363</b>	<b>3.021</b>

A exposição líquida está dentro dos limites suportados pela condição econômica, patrimonial e operacional do Grupo, buscando contrapor o fluxo operacional advindo dos efetivos recebíveis em moeda estrangeira e das futuras exportações por meio da unidade de negócios Biorigin. Para tanto, a gestão financeira do Grupo implementou uma política de gestão diária medindo o fluxo financeiro no horizonte de três anos vis a vis às exposições cambiais, objetivando assegurar de forma gerencial a efetividade do hedge, seja através dos financiamentos mantidos em moeda estrangeira ou da contratação de instrumentos financeiros derivativos de proteção.



## 27. Instrumentos financeiros—Continuação

### b) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

#### v) *Risco cambial*--Continuação

##### Análise de sensibilidade

Uma valorização (desvalorização) razoavelmente possível do Real, USD e € contra todas as outras moedas em 31 de março de 2025, teriam afetado a mensuração dos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e afetado o patrimônio líquido e o resultado pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto da previsão de vendas e compras.

		25%	50%	-25%	-50%
	31/03/2025	31/03/2025	31/03/2025	31/03/2025	31/03/2025
Caixa e equivalentes de caixa	17.646	4.412	8.823	(4.412)	(8.823)
Clientes a receber	20.154	5.039	10.077	(5.039)	(10.077)
Fornecedores	(6.261)	(1.565)	(3.131)	1.565	3.131
Empréstimos e financiamentos	(6.959)	(1.740)	(3.480)	1.740	3.480
Instrumentos financeiros derivativos NDF "Venda"	(17.900)	(4.475)	(8.950)	4.476	8.950
<b>Exposição líquida</b>	<b>6.680</b>	<b>1.671</b>	<b>3.339</b>	<b>(1.670)</b>	<b>(3.339)</b>

		25%	50%	-25%	-50%
	31/03/2024	31/03/2024	31/03/2024	31/03/2024	31/03/2024
Caixa e equivalentes de caixa	1.366	342	683	(342)	(683)
Clientes a receber	13.935	3.484	6.968	(3.484)	(6.968)
Fornecedores	(6.303)	(1.576)	(3.152)	1.576	3.152
Empréstimos e financiamentos	(27.899)	(6.975)	(13.950)	6.975	13.950
Instrumentos financeiros derivativos NDF "Venda"	(33.285)	(8.321)	(16.643)	8.321	16.643
<b>Exposição líquida</b>	<b>(52.186)</b>	<b>(13.046)</b>	<b>(26.094)</b>	<b>13.046</b>	<b>26.094</b>

#### vi) *Risco de taxa de juros*

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo do Grupo sujeitas a taxas de juros variáveis.

##### Hedge de fluxo de caixa

O Grupo possui operações de swap, onde troca a exposição do IPCA e taxa pré-fixada pelas variações do CDI, para a proteção dos ativos financeiros atrelados as variações do CDI no qual o risco sintético são as variações do IPCA.

O objetivo das transações envolvendo esse derivativo está relacionado à operação da AQ que, a partir da contratação de operações de endividamentos, são originados os riscos aos indexadores das respectivas dívidas. A execução do *hedge* tem como objetivo mitigar ou neutralizar a exposição a estes riscos.





## 27. Instrumentos financeiros—Continuação

### b) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

#### vi) *Risco de taxa de juros*—Continuação

#### Hedge de fluxo de caixa—Continuação

Abaixo a relação dos itens de swap designados em 31 de março de 2025 para o *hedge* de fluxo de caixa:

Instrumento	Objeto	Principal	Indexador ativo	Indexador passivo	Vencimento
Swap	3ª debêntures	499.684	100% IPCA + 7,87%	100% CDI + 0,09%	17/07/2034
Swap	4ª debêntures	300.000	100% IPCA + 7,31%	100% CDI + 1,70%	15/01/2031
Swap	5ª debêntures	300.000	100% IPCA + 7,25%	100% CDI + 1,40%	16/12/2030
Swap	6ª debêntures	500.000	100% IPCA + 8,63%	100% CDI + 1,45%	15/12/2032

O impacto dos instrumentos de *hedge* no balanço patrimonial combinado é apresentado abaixo:

<b>Combinado</b>					
Instrumento	Objeto	Valor nocional	Valor contábil	Linha nas demonstrações financeiras	Mudança no valor justo usado para mensuração da inefetividade
Swap	3ª debêntures	499.684	497.045	Empréstimos, financiamentos e debêntures passivo circulante e passivo não circulante	5.119
Swap	4ª debêntures	300.000	319.206	Empréstimos, financiamentos e debêntures passivo circulante e passivo não circulante	(7.861)
Swap	5ª debêntures	300.000	314.698	Empréstimos, financiamentos e debêntures passivo circulante e passivo não circulante	(15.407)
Swap	6ª debêntures	500.000	511.778	Empréstimos, financiamentos e debêntures passivo circulante e passivo não circulante	(8.732)
		<b>1.599.684</b>	<b>1.642.727</b>		<b>(26.881)</b>



## 27. Instrumentos financeiros—Continuação

### b) Gerenciamento dos riscos financeiros--Continuação

#### vi) *Risco de taxa de juros*—Continuação

##### Hedge de fluxo de caixa—Continuação

O impacto dos itens protegidos por *hedge* no balanço patrimonial combinado é apresentado abaixo:

Combinado			
31/03/2025			
Instrumento	Objeto	Mudança no valor justo usado para mensuração da inefetividade	Reserva de hedge de fluxo de caixa
Swap	3ª debêntures	5.119	666
Swap	4ª debêntures	(7.861)	(1.617)
Swap	5ª debêntures	(15.407)	(1.260)
Swap	6ª debêntures	(8.732)	(12.466)
		<b>(26.881)</b>	<b>(14.677)</b>

O efeito do *hedge* de fluxo de caixa na demonstração combinada do resultado e em outros resultados abrangentes é demonstrada abaixo:

Combinado			
31/03/2025			
Instrumento	Objeto	Ganho (perda) reconhecido em outros resultados abrangentes	Inefetividade reconhecida no resultado
Swap	3ª debêntures	666	4.453
Swap	4ª debêntures	(1.617)	16.068
Swap	5ª debêntures	(1.260)	7.423
Swap	6ª debêntures	(12.466)	3.734
		<b>(14.677)</b>	<b>31.678</b>

Em 31 de março de 2025 o montante de perda de R\$ 9.687 com a baixa em outros resultados abrangentes de *hedge* de fluxo de caixa, líquido de impostos e ganho *accrual* de R\$ 11.064 em resultado financeiro.

O Grupo possui outras operações de derivativos, conforme detalhado na nota explicativa 21, e está avaliando a viabilidade de sua designação para possíveis alocações de *hedge accounting*.



## 27. Instrumentos financeiros—Continuação

### c) Gerenciamento dos riscos ambientais

O Grupo considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais.

O Grupo diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamentos de controle de poluição e sistemas, que são procedimentos técnicos/operacionais e não foram objeto de análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros. A diretoria do Grupo acredita que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

Ainda em relação aos aspectos ambientais é importante mencionar a relevância do RenovaBio ao país e ao setor sucroenergético. **O grupo foi certificado** através de suas unidades produtivas a participar no programa que fomenta a importância do etanol de cana-de-açúcar na matriz energética do país, contribuindo para que o Brasil atenda ao acordo de Paris com a redução das emissões de gases de efeito estufa do setor de transportes.

## 28. Receita operacional líquida

### a) Fluxos da receita

O Grupo gera receita principalmente pela venda de açúcar e etanol, derivados de levedura e receita de venda de energia elétrica.

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida para fins fiscais apresentadas na demonstração do resultado é conforme segue:

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
<b>Receita bruta de produtos e serviços</b>	<b>4.042.410</b>	<b>3.751.410</b>
Impostos sobre vendas	(316.936)	(256.912)
Devoluções e abatimentos	(8.494)	(7.381)
	<u><b>3.716.980</b></u>	<u><b>3.487.117</b></u>



## 28. Receita operacional líquida—Continuação

### c) Desagregação da receita de contratos com clientes—Continuação

Na tabela seguinte, apresenta-se a composição analítica das receitas de mercadorias por categoria de produtos:

	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
<b>Mercado interno:</b>		
Etanol	1.408.688	1.164.928
Açúcar	815.689	764.844
Energia elétrica	197.034	216.383
Derivados de levedura	86.340	83.254
Outras receitas - CBIOS	47.128	51.002
Outras vendas	981	1.728
	<u>2.555.860</u>	<u>2.282.139</u>
<b>Mercado externo:</b>		
Derivados de levedura	676.549	554.816
Açúcar	762.239	762.057
Etanol	47.762	152.398
	<u>1.486.550</u>	<u>1.469.271</u>
<b>Receita bruta de produtos e serviços</b>	<u><b>4.042.410</b></u>	<u><b>3.751.410</b></u>
Impostos sobre vendas	(316.936)	(256.912)
Devoluções e abatimentos	(8.494)	(7.381)
	<u><b>3.716.980</b></u>	<u><b>3.487.117</b></u>

### i) Venda de produtos - açúcar e etanol

As receitas auferidas e despesas incorridas pela Cooperativa são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção da AQ em relação às demais cooperadas, em conformidade com o disposto no PN 66.

### ii) *Venda de produtos - derivados de levedura, energia elétrica e outros*

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens tenham sido transferidos para o comprador, de que seja provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.



## 29. Despesas operacionais por natureza

	<b>31/03/2025</b>	<b>31/03/2024</b>
<b>Custo</b>		
Matéria prima e materiais de uso e consumo	1.678.621	1.614.843
Depreciação e amortização	638.051	569.981
Despesas com pessoal	337.608	306.484
Baixa de insumos	14.414	13.693
Serviços prestados por terceiros	175.145	156.919
Outros gastos	16.508	9.929
Variação no valor justo do ativo biológico	56.370	128.101
	<b>2.916.717</b>	<b>2.799.950</b>
<b>Despesas com vendas</b>		
Rateio despesas - Copersucar	12.214	9.879
Gastos com armazenagens	8.811	12.215
Despesas com pessoal	38.311	30.850
Frete	15.175	11.132
Serviços prestados por terceiros	22.824	22.691
Comissão	-	2.707
Depreciação e amortização	9.816	5.656
Aluguéis	9.288	-
Outros	14.900	11.639
	<b>131.339</b>	<b>106.769</b>
<b>Despesas administrativas de gerais</b>		
Despesas com pessoal	136.738	106.165
Serviços prestados por terceiros	85.946	78.205
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	15.480	14.248
Depreciação e amortização	11.210	8.439
Aluguéis	1.911	3.847
Doações	3.219	3.743
Outros	17.129	12.657
	<b>271.633</b>	<b>227.304</b>
<b>Total despesas e custo</b>	<b>3.319.689</b>	<b>3.134.023</b>
<b>Classificadas como:</b>		
Custo dos produtos vendidos	2.860.347	2.671.849
Variação no valor justo do ativo biológico	56.370	128.101
Despesas de vendas	131.339	106.769
Despesas administrativas e gerais	271.633	227.304
	<b>3.319.689</b>	<b>3.134.023</b>



### 30. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	<b>31/03/2025</b>	<b>31/03/2024</b>
Receita da Cooperativa com Indenizatória (IAA) (i)	-	929.775
Resultado líquido com outras operações com a Cooperativa	(6.754)	(29.773)
Resultado com vendas e baixas de imobilizado	4.115	6.809
Provisões para contingências	1.994	694
Despesas com processos judiciais	(14.242)	(12.184)
Outras	1.553	(35.598)
	<b>(13.334)</b>	<b>859.723</b>

(i) Conforme mencionado na nota explicativa 8, durante a safra 23/24 a Zilor recebeu o repasse do montante de R\$ 1.047.019 referente a 6ª parcela do 1º Precatório, 5ª e 6ª parcelas do 2º Precatório e a parcela única do 3º, a empresa está discutindo judicialmente a cobrança de PIS/COFINS. Nesta nota explicativa estamos deduzindo as despesas e honorários de 10% no montante de R\$ 138.220.

### 31. Receitas financeiras

	<b>31/03/2025</b>	<b>31/03/2024</b>
Resultados com instrumentos financeiros derivativos	36.717	33.615
Juros sobre aplicações financeiras	177.417	167.565
Juros sobre atualização de créditos tributários	5.675	3.272
Juros sobre operações com a Cooperativa	5.719	2.033
Juros sobre demais operações e descontos financeiros	(4.416)	(1.979)
	<b>221.112</b>	<b>204.506</b>

### 32. Despesas financeiras

	<b>31/03/2025</b>	<b>31/03/2024</b>
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos	(412.786)	(371.921)
Despesas com captação de debêntures	(21.489)	(17.957)
Resultados com instrumentos financeiros derivativos	(91.256)	(7.005)
Despesa financeiras com arrendamentos (CPC 06 (R2))	(117.401)	(98.891)
Juros sobre demais operações	(12.602)	(11.578)
Despesas bancárias	(432)	(1.105)
Juros sobre operações com a Cooperativa	(14.202)	(14.789)
Impostos e contribuições sobre operações financeiras	(11.720)	(9.480)
Juros sobre atualização de débitos tributários e contingências	(331)	(1.396)
	<b>(682.219)</b>	<b>(534.122)</b>



### 33. Variações cambiais líquidas

	31/03/2025	31/03/2024
Varição cambial ativa		
Empréstimos e financiamentos	3.575	16.235
Demais operações	72.612	11.020
	<b>76.187</b>	<b>27.255</b>
Varição cambial passiva		
Empréstimos e financiamentos	(20.062)	(9.933)
Demais operações	(35.472)	(19.968)
	<b>(55.534)</b>	<b>(29.901)</b>
<b>Variações cambiais líquidas</b>	<b>20.653</b>	<b>(2.646)</b>

### 34. Compromissos

#### a) Compra de cana-de-açúcar

O Grupo possui compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção com contratos até 2032 com possibilidade de prorrogação. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em estimativa de colheita por área geográfica. O montante a ser pago pela AQ será determinado ao término de cada exercício de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotada pelo CONSECANA-SP. A adoção da fixação de preços é opcional, com o objetivo de garantir fluxos de caixa mais estáveis e previsíveis para a Companhia.

#### *Contratos de parceria agrícola e arrendamento de terras*

O Grupo possui contratos de parceria agrícola e arrendamento de terras para plantio de cana-de-açúcar, nota explicativa 18, que geralmente terminam em até 20 anos. Os pagamentos relacionados a essas obrigações são calculadas basicamente pelo preço acumulado do ATR divulgado pelo CONSECANA e o volume de cana-de-açúcar por hectare, definido contratualmente.

Além dos compromissos de compra, a AQ na qualidade de cooperada da Cooperativa, possui toda sua produção de açúcar e etanol compromissada com a Cooperativa pelos próximos 3 anos.

### 35. Avais, fianças e garantias

O Grupo é avalista de seus principais fornecedores de cana-de-açúcar em operações de empréstimos e financiamentos, conforme segue:

Operação	Empresa Avalista	31/03/2025	31/03/2024
Parceiros agrícolas	Açucareira Quatá S.A	3.802	9.147
		<b>3.802</b>	<b>9.147</b>

A Companhia Agrícola Quatá é avalista no montante líquido de R\$ 3.802 na safra 24/25 registrado Açucareira Quatá S.A. a provisão contábil. O montante será integralmente quitado na safra 25/26.



### 36. Seguros

O Grupo possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, proporcionando um tratamento único e uniforme, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela diretoria para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações, e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de março de 2025, o Grupo possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens Segurados	Riscos Cobertos	Montante máximo da cobertura
Prédios, instalações, móveis, máquinas e utensílios - Usina e Biorigin	Cobertura Básica (incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, roubo e furto)	350.000.000
	Lucros Cessantes	141.734.028
Prédios, instalações, móveis, máquinas e utensílios - Escritórios e Armazém Paulínia	Cobertura Básica (incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, roubo e furto)	1.450.006.893
Veículos	Casco	100% Tabela Fipe
	Acidente Pessoal por passageiros	50.000
	Danos Materiais	150.000
	Danos Corporais	200.000
	Danos Morais	200.000
Equipamentos Agrícolas - Benfeitoria	Cobertura Básica (incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, roubo e furto)	10.916.068
	Danos Elétrico	30% do valor do equipamento sinistrado
Equipamentos Agrícolas - Penhor Rural	Cobertura Básica (incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, roubo e furto)	5.808.199
	Danos Elétrico	30% do valor do equipamento sinistrado
Responsabilidade Civil Geral	Danos causados a terceiros em virtude da operação da empresa	USD 20.000.000
	Danos ao empregado	USD 20.000.000
D&O (Responsabilidade Civil Diretores e Administradores)	Ações contra diretores e Administradores	100.000.000
Transporte Nacional	Danos causados a mercadorias e/ou maquinários durante transporte inland	3.000.000
Transporte Importação	Danos Causados a mercadoria durante o transporte de importação	USD 2.500.000
Transporte Exportação	Danos Causados a mercadoria durante o transporte de exportação	USD 1.700.000

O escopo de nossos auditores independentes não incluiu a análise das suficiências de seguros.





### **37. Combinação de negócios**

Em 29 de novembro de 2024, foi concluída a aquisição da controlada Salto Botelho Agroenergia S.A. (USB) pelo Grupo. O valor base da transação foi de R\$ 600.000. Após ajustes de preço contratuais, o valor da compra totalizou R\$ 324.307, correspondente à totalidade das ações representativas do capital social da empresa, anteriormente em poder da AMERRA Capital Management.

Na data da aquisição, foram pagos R\$ 278.429, além de R\$ 50.000 depositados em conta restrita (Escrow), dos quais, o montante de R\$ 4.122 são ajustes de preço revertidos a favor do Grupo. Dessa forma, a contraprestação paga totalizou R\$ 324.307.

Após a aquisição a Grupo efetuou aumentos de capital na USB no montante de R\$ 129.928, em caixa.

A compra visa ampliar a produção de açúcar, etanol e energia elétrica do Grupo. Com a aquisição, o Grupo passa a ter quatro unidades agroindustriais em São Paulo, aumentando sua capacidade de moagem em 15%, totalizando 13,8 milhões de toneladas. O Grupo contará com aproximadamente 4.600 colaboradores após a aquisição. Localizado na cidade de Lucélia/SP, o parque industrial da USB possui capacidade de moagem de 1,8 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, direcionada para a produção de etanol anidro, hidratado e açúcar VHP. A unidade tem capacidade para produzir diariamente até 600 m<sup>3</sup> de etanol e 820 toneladas de açúcar VHP, além de contar com uma usina de cogeração de energia com 12 MW de potência, empregando diretamente cerca de 700 pessoas na região.

A transação reforça o compromisso do Grupo com o crescimento sustentável, a qualidade dos produtos e os benefícios para o meio ambiente e as comunidades locais.



### 37. Combinação de negócios—Continuação

Destacamos que o Grupo em conjunto com seus assessores, está elaborando análises para melhor mensuração e reconhecimento do ágio decorrente da aquisição da USB, por esse motivo o Grupo mensurou preliminarmente o valor justo dos ativos e passivos identificáveis da USB na data da aquisição como apresentados a seguir:

Rubricas	Nota	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa		29.169
Estoques		23.831
Ativos biológicos	10	26.944
Adiantamentos a fornecedores	11	48.675
Imobilizado	17	210.415
Direito de uso	18	194.886
Intangível	19	22.276
Outros ativos		30.979
Fornecedores		(75.073)
Salários e contribuições sociais		(10.768)
Empréstimos e financiamentos	21	(191.311)
Partes relacionadas		(42.597)
Passivo de arrendamento	18	(202.433)
Passivo fiscal diferido	14	(22.444)
Outros passivos		(26.894)
<b>Total dos ativos e passivos líquidos identificáveis</b>		<b>15.655</b>
<b>Ágio na aquisição</b>		<b>308.652</b>
<b>Total da contraprestação</b>		<b>324.307</b>

O Grupo mensura os passivos de arrendamento assumidos pelo valor presente dos pagamentos remanescentes na data da aquisição. Os ativos de direito de uso foram mensurados por montante equivalente ao passivo de arrendamento e ajustados para refletir os termos favoráveis desses arrendamentos em comparação aos termos de mercado.

O passivo fiscal diferido compreende basicamente os efeitos da depreciação acelerada de ativos permanentes e mais valia de ativos a valor justo.

Desde a data da aquisição, a USB contribuiu para o Grupo com receitas de R\$ 24.321 e prejuízo de R\$ 13.555. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício, as receitas do Grupo decorrentes da USB totalizariam R\$ 331.766.



### 38. Transações não caixa

As transações que não envolvem caixa relacionadas às atividades operacionais, de financiamento e investimento são como segue:

	<u>Consolidado</u>	<u>Consolidado</u>
<u>Transações de investimentos que não envolvem caixa</u>	<u>31/03/2025</u>	<u>31/03/2024</u>
<b>Em função da combinação de negócios (nota 37)</b>		
Estoque	23.831	-
Ativos biológicos	26.944	-
Imposto a recuperar	6.784	-
Adiantamentos a fornecedores	48.675	-
Imobilizado	210.415	-
Direito de uso	194.886	-
Ágio	308.652	-
Intangível	22.276	-
Outros ativos	24.195	-
Fornecedores	(75.073)	-
Salários e contribuições sociais	(10.768)	-
Empréstimos e financiamentos	(191.311)	-
Partes relacionadas	(42.597)	-
Passivo de arrendamento	(202.433)	-
Passivo fiscal diferido	(22.444)	-
Outros passivos	(26.894)	-
	<b><u>295.138</u></b>	<b><u>-</u></b>
<b>Em função do direito de uso e arrendamento a pagar (nota 18)</b>		
Novos contratos	473.827	382.483
Remensuração	80.287	12.191
	<b><u>554.114</u></b>	<b><u>394.674</u></b>



## 39. Evento subsequente

### 39.1 Venda de ações Cooperativa para USB

Em 03 de abril de 2025 o grupo celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com sua controlada, a Salto Botelho Agroenergia S.A. (USB). O contrato prevê a venda de 25.778.116 ações ordinárias e 1 ação preferencial de emissão, representando 1,23% do capital social da cooperativa Copersucar. Com isso, a USB passa a integrar os quadros da Cooperativa de Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (Cooperativa) e da Copersucar S.A.

### 39.2 Distribuição de juros sobre capital próprio

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de junho de 2025, foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio ("JCP"), no valor bruto de R\$ 30.000 com retenção de Imposto de Renda na Fonte. O montante de JCP foi pago aos acionistas no dia 10 de junho 2025, sem atualização monetária, e será deduzido dos dividendos do exercício social a ser encerrado em 31 de março de 2025.

### 39.3 Operação venda Biorigin

Em 30 de maio de 2025, o Grupo anunciou a conclusão da venda de 70% de sua participação na Biorigin S.A. ("Biorigin") para a empresa *Lesaffre*, após o cumprimento das condições precedentes estabelecidas contratualmente. Com isso, o controle acionário da Biorigin foi transferido do Grupo para a *Lesaffre*.

A transação não foi considerada como ativo não circulante mantido para a venda e operação descontinuada nas demonstrações financeiras de 31 de março de 2025, por não atender a todos os critérios previstos no Pronunciamento Técnico - CPC 31 Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, equivalente ao IFRS 5 – *Non-current assets held for sale and discontinued operations*, que prevê, dentre outros critérios, que os ativos devem estar disponíveis para venda na data.



## 39. Evento subsequente—Continuação

### 39.3 Operação venda Biorigin--continuação

Conforme divulgado na nota 2, o Grupo constituiu a Biorigin e efetivou a transferência de determinados ativos e passivos para nova subsidiária durante o exercício findo em 31 de março de 2025, sendo essas transferências finalizadas durante o mês de maio de 2025.

O Grupo recebeu a título de adiantamento o montante de R\$ 66.500 (Nota 25) durante o exercício findo em 31 de março de 2025 e o montante de contraprestação pela venda do controle na data em 30 de maio de 2025, os valores estão sujeitos aos ajustes de preço previstos contratualmente. A diferença entre o valor ajustado da contraprestação recebida, que inclui o adiantamento, e o valor contábil dos ativos líquidos da Biorigin, proporcional à participação vendida, será reconhecida no resultado do período de três meses a findar-se em 30 de junho de 2025.

A Biorigin compreenderá parte das operações da Companhia ("AQ"), das operações da Biorigin USA e a totalidade das operações da Biorigin Europe.

Abaixo, estão apresentados os dados relativos à operação da Biorigin:

<b>Demonstração resumida do resultado</b>	<b>31/03/2025</b>	<b>31/03/2024</b>
Receita operacional líquida	628.988	509.954
Custos dos produtos vendidos	(440.222)	(368.154)
Despesas de vendas	(78.118)	(60.587)
Despesas administrativas e gerais	(87.601)	(88.024)
Resultado financeiro	(2.616)	(3.415)
<b>Lucro (prejuízo) antes dos impostos</b>	<b>20.430</b>	<b>(10.227)</b>
Imposto de renda e contribuição social	(7.834)	(7.878)
<b>Lucro (prejuízo) líquido</b>	<b>12.596</b>	<b>(18.105)</b>
<b>Ativo</b>	<b>31/03/2025</b>	<b>31/03/2024</b>
Caixa e equivalentes de caixa	39.526	34.564
Clientes	76.206	49.143
Estoques	196.824	285.557
Tributos a recuperar	9.877	2.543
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.356	-
Investimentos	108.837	-
Imobilizado	259.535	230.112
Intangível	22.791	10.425
<b>Total do ativo</b>	<b>716.952</b>	<b>612.344</b>
<b>Passivo</b>	<b>31/03/2025</b>	<b>31/03/2024</b>
Fornecedores	56.721	77.903
Empréstimos, financiamentos e debêntures	43.141	24.025
Salários e contribuições sociais	16.900	4.044
<b>Total do passivo</b>	<b>116.762</b>	<b>105.972</b>
<b>Ativo líquidos</b>	<b>600.190</b>	<b>506.371</b>



**Diretoria Executiva**  
**Diretores**

André Inserra  
Denise Araújo Francisco

Contador Responsável: Paulo Souza de Oliveira Junior  
CRC: SP-253903/O-2

